TJRO/CPL Fls. 67

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL/TJRO

PREGÃO ELETRÔNICO n. 040/2008

1. PREÂMBULO

1.1. O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA (TJRO)**, doravante denominado **Tribunal**, mediante Pregoeiro designado pela Portaria n. 1.018/2007-PR, publicada no Diário da Justiça/RO n. 74, de 23/04/2007, **TORNA PÚBLICA A ABERTURA DE LICITAÇÃO** na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tipo **MENOR PREÇO**, visando o **REGISTRO DE PREÇOS** para eventual fornecimento de grupos motor gerador, para atender ao Setor de Engenharia (SENG/TJRO), sendo regida pelas Leis Federais n. 8.666/93, n. 10.520/02 e Lei Complementar n. 123/06, pelo Decreto Estadual n. 10.898/04, bem como pelas Resoluções do TJRO n. 006/2003-PR e 027/2004-PR, publicadas nos Diários da Justiça/RO n. 057, de 26/03/2003, e n. 238, de 23/12/2004, suas respectivas alterações e demais legislações pertinentes, segundo as condições e especificações deste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação de que trata este Edital destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para este Tribunal. Será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da eficiência, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da celeridade, da finalidade, da razoabilidade, da proporcionalidade, da competitividade, do preço justo, da seletividade, da comparação objetiva das propostas e dos que lhes são correlatos.

1.3. DATA E HORÁRIO:

a) **Digitação da senha privativa da licitante e subseqüente encaminhamento das propostas de preços:** das 8h do dia 06/11/08 - HORÁRIOS DE BRASÍLIA/DF - até a data e hora definida para a abertura das propostas, no site www.licitacoes-e.com.br, opção "Acesso Identificado", ou por meio de links contidos nos sites www.tj.ro.gov.br e www.bb.com.br.

b) **Sessão pública na internet:** iniciará com a abertura das "PROPOSTAS DE PREÇOS" às 10h do dia 19/11/08. A fase de disputa da sessão pública será às 10h do dia 20/11/08 - HORÁRIOS DE BRASÍLIA/DF.

2. DO OBJETO

2.1. Registro de preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual fornecimento, instalação e ativação de 10 (dez) grupos motor gerador em Fóruns localizados nas Comarcas do interior do Estado, visando atender ao Setor de Engenharia (SEnge/TJRO), conforme as disposições deste Edital e de seus Anexos.

2.2. A existência de preços registrados **não obriga** este Tribunal a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3. DA AUTORIZAÇÃO

3.1. A realização desta licitação encontra-se devidamente autorizada pela Excelentíssima Desembargadora Presidente deste Tribunal, conforme Processo Administrativo n. 0301/0424/2008.

4. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

TJRO/CPL
Fls. 68

4.1. Somente poderão participar desta licitação as empresas cujo objetivo social seja pertinente ao objeto desta Licitação e que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, sendo vedada a participação de pessoa física (mesmo em regime de consórcios) e de empresas:

a) em regime de consórcio ou grupo de firmas;

b) concordatárias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

c) suspensas ou impedidas do direito de licitar com a Administração; e

d) tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública.

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. A despesa decorrente de eventual contratação será coberta por recursos específicos consignados no orçamento do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, conforme Funcional Programática n. 02.122.1279.1167 – Ampliação e Melhoria da Infra-Estrutura do Poder Judiciário, Elemento de Despesa n. 44.90.52 – Subitem 30 – Máquinas e Equipamentos Energéticos.

5.1.1. A duração da eventual contratação ficará adstrita à vigência do respectivo crédito orçamentário, conforme prevê o caput do art. 57 da Lei n. 8.666/93.

5.2. Se a eventual contratação ocorrer no exercício subseqüente, a despesa correrá por conta do respectivo Orçamento.

5.3. O valor estimado para a presente licitação é de R$ 777.550,00 (Setecentos e setenta e sete mil e quinhentos e cinqüenta reais).

6. DA CONDUÇÃO DO CERTAME

6.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

a) coordenar o processo licitatório;

b) receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao Edital;

c) conduzir a sessão pública na internet;

d) verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos neste Edital;

e) dirigir a etapa de lances (fase de disputa);

f) verificar e julgar as condições de habilitação;

g) receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

h) indicar o vencedor do certame;

i) adjudicar o objeto, quando não houver recurso;

j) conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e

k) encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

7. DO CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO *LICITAÇÕES* DO BANCO DO BRASIL S. A.

7.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de **chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis),** obtidas nas Agências do Banco do Brasil S. A., sediadas neste País.

www.tj.ro.gov.br cpl@tj.ro.gov.br
Rua José Camacho n. 585, Sala 201, 2° andar, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho/RO Fone: (69)3217-1373 fax: (69)3217-1372

7.2. As licitantes deverão credenciar **representantes**, mediante apresentação de procuração por instrumento público atribuindo-lhes poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no **Sistema de Licitações Eletrônicas – "LICITAÇÕES" do Banco do Brasil S.A**. Sendo sócio proprietário ou dirigente da licitante proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

7.3. **É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Tribunal ou ao Banco do Brasil S. A. a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

7.4. A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer Pregão Eletrônico, **salvo** quando canceladas por iniciativa do **Tribunal** ou do **Banco do Brasil S.A.**, devidamente justificada, ou por solicitação do próprio credenciado, bem como em virtude de sua **inabilitação** perante o cadastro de fornecedores.

7.5. As licitantes deverão comunicar imediatamente ao **Banco do Brasil S. A.,** Provedor do sistema, qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

8. DO PROCEDIMENTO DESTE PREGÃO ELETRÔNICO

8.1. Do envio das propostas de preços pelo sistema eletrônico

8.1.1. A licitante credenciada interessada em participar deste Pregão Eletrônico deverá enviar sua proposta mediante o sistema eletrônico, sendo considerada inválida a proposta apresentada por meio diverso.

8.1.2. O representante da licitante, ao acessar o sistema eletrônico com sua chave e senha pessoal e intransferível, deverá identificar o tipo de segmento de empresa que representa, selecionando um dos tipos de segmentos disponíveis (Micro Empresa, Empresa de Pequeno Porte, Cooperativa ou Outras Empresas) e depois clicando no botão **"confirmar".**

8.1.2.1. Consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

a) no caso das microempresas, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufira, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais); e

b) no caso das empresas de pequeno porte, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufira, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e igual ou inferior a R$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).

8.1.2.1.1. Considera-se receita bruta, para fins do disposto nas alíneas "a" e "b" do subitem anterior, o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.

8.1.2.1.2. No caso de início de atividade no próprio ano-calendário, o limite a que se referem as alíneas "a" e "b" do subitem 8.1.2.1 deste Edital será proporcional ao número de meses em que a microempresa ou a empresa de pequeno porte houver exercido atividade, inclusive as frações de meses.

8.1.2.1.3. Não se inclui no regime diferenciado e favorecido para nenhum efeito legal, as microempresas ou empresas de pequeno porte enquadradas no disposto do § 4° do art. 3° da Lei Complementar 123/2006.

8.1.3. Após acessar o sistema, o representante credenciado inserirá sua proposta inicial para o objeto deste Edital até a data e horário previstos em seu Preâmbulo, para abertura das propostas. Declarará, em campo próprio do sistema, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências previstas neste Edital, manifestando o pleno conhecimento e aceitação de todas as regras deste certame.

www.tj.ro.gov.br cpl@tj.ro.gov.br
Rua José Camacho n. 585, Sala 201, 2° andar, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho/RO Fone: (69)3217-1373 fax: (69)3217-1372

8.1.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

8.1.5. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

8.1.6. Caberá à licitante acompanhar todas as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da **inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.**

8.1.7. Ao oferecer sua proposta no sistema eletrônico, o representante da licitante, **OBRIGATORIAMENTE,** deverá preencher **os campos conforme a seguir**:

8.1.7.1. **OBSERVAÇÕES ADICIONAIS:** nesse campo, informar:

a) **o prazo de validade da proposta comercial** (mínimo de sessenta dias consecutivos, a contar da data marcada para a abertura das propostas). Em caso de omissão da licitante considerar-se-á o prazo mínimo exigido;

b) **o prazo de entrega único** para o (s) equipamento (s) ofertado (s), o qual não poderá ser superior a **90 (noventa) dias consecutivos, não se admitindo a entrega em parcelas.** A contagem do prazo iniciará a partir do primeiro dia útil após o recebimento da Ordem de Fornecimento, conforme disposto nos subitens 14.2 e 14.3 deste Edital. Em caso de omissão da licitante considerar-se-á o prazo máximo exigido; e

c) apenas **UMA MARCA** para o **LOTE**, bem como outros dados pertinentes (modelo, referência, etc.), para que o Pregoeiro possa avaliar se o (s) material (is) ofertado (s) atende (m) aos requisitos de qualidade previstos no **ANEXO I** e em todo este Edital. **Em caso de omissão a licitante será desclassificada no lote.**

8.1.7.2. **VALOR TOTAL DO LOTE:** nesse campo, informar o valor total proposto para o respectivo lote, com apenas DUAS CASAS decimais, de acordo com o **ANEXO I** deste Edital. Tal valor abrangerá todos os itens que compõe o lote, sendo vedada a cotação parcial de itens ou de quantidade inferior à demanda. Quanto ao detalhamento da proposta, ver subitem 8.5 e **ANEXO II** deste Edital;

8.1.8. O (s) equipamento (s) ofertado (s) deve (m) apresentar prazo de garantia de acordo com o Anexo I deste Edital. A contagem do prazo começa a partir da data do recebimento definitivo do (s) material (is) pelo Tribunal.

8.1.9. Visando atender ao princípio da celeridade processual, **solicita-se à (s) licitante (s)** que, se porventura houver PROSPECTO (S), MANUAL (IS) E/OU CATÁLOGO (S), com descritivos técnicos detalhados, expedido (s) pelo (s) fabricante (s) do (s) material (is) ofertado (s), **envie (m) o (s) mesmo (s) na forma de arquivo pelo sistema eletrônico**, para que o Pregoeiro possa avaliar se o (s) material (is) ofertado (s) atende (m) às especificações e aos requisitos de qualidade previstos no **ANEXO I** e em todo este Edital.

8.1.9.1 Somente será (ão) considerado (s) prospecto (s), manual (is) e/ou catálogo (s) impresso (s) via *internet*, se no (s) mesmo (s) constar (em) o endereço do *site*.

8.1.10. OBRIGATORIAMENTE, sem qualquer ônus para este Tribunal, durante o período de garantia, o (s) equipamento (s) ofertado (s) para atender todo o item do lote do Anexo I deste Edital, deve (m) possuir empresa autorizada pelo fabricante (ou pelo seu representante neste País) a prestar serviços de assistência técnica no ESTADO DE RONDÔNIA. A critério do Pregoeiro poderá ser exigida a comprovação de autorização pelo fabricante (ou pelo seu representante neste País), devendo a licitante apresentar esta comprovação no prazo máximo de 5 (cinco) dias consecutivos contados da notificação.

8.1.11. Todas as despesas necessárias à perfeita execução do contrato (fretes, seguros, taxas, impostos, encargos sociais e trabalhistas, etc.) devem estar inclusas nos preços cotados. Quanto aos abatimentos porventura concedidos, deverão ser deduzidos, devendo os mesmos ser os praticados na data da abertura da proposta.

8.1.12. Para a indicação dos preços com apenas duas casas decimais, a licitante deverá obedecer ao seguinte: para o arredondamento de casas decimais com mais de 2 (dois) dígitos, tomar-se-á como base o terceiro dígito

contado da esquerda para a direita a partir da vírgula. Se este terceiro dígito for igual ou menor do que 4 (quatro), o segundo dígito permanece inalterado. Se o terceiro dígito for igual ou maior do que 5 (cinco), ao segundo dígito será acrescentado 1 (uma) unidade.

8.1.13. A licitante terá oportunidade de rever as condições de sua proposta, cancelando-a e enviando nova proposta, desde que não tenha encerrado o período de tempo previsto para o encaminhamento desta. Uma vez abertas as propostas, o sistema não permitirá a retirada, alteração e/ou encaminhamento de nova proposta. Após a abertura das propostas, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

8.2. Da abertura e do critério de julgamento das propostas de preços

8.2.1. Na data e horário previstos no Preâmbulo deste Edital serão abertas as propostas de preços, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das mesmas, verificando a sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

8.2.2. O Pregoeiro efetuará o julgamento das propostas pelo critério **MENOR PREÇO DO LOTE**, observados os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste Edital.

8.2.3. **Será desclassificada** a proposta elaborada em desacordo com os termos deste Edital, que se oponha a qualquer dispositivo legal vigente ou que contenha preços excessivos ou manifestamente inexeqüíveis, preços unitários simbólicos, preços irrisórios ou com valor zero e ainda, preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais licitantes. Também não serão consideradas as propostas que impuserem condições diferentes das dispostas neste Edital, que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento ou que não atenderem aos requisitos mínimos discriminados neste Edital.

8.2.3.1. O ônus da prova da exeqüibilidade dos preços ofertados incumbe à autora da proposta, no prazo máximo de 5 (cinco) dias consecutivos, contados da intimação.

8.2.4. O critério de aceitabilidade dos preços propostos será o da compatibilidade com os preços de mercado.

8.2.5. Para divergência entre valores unitários e os totais, prevalecerão os primeiros. Em caso de divergência entre os algarismos do preço e seu valor por extenso, será considerado este último.

8.2.6. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, sempre assegurada a todas as licitantes paridade de tratamento neste aspecto.

8.3. Da fase de disputa e da formulação de lance

8.3.1. Classificadas as propostas, na data e horário previstos no Preâmbulo deste Edital, o Pregoeiro dará início à fase de disputa da sessão pública. Todas as propostas classificadas serão consideradas lances na fase de disputa e ordenadas por valor.

8.3.2. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de disputa.

8.3.3. Para participar da fase de disputa, as licitantes deverão acessar o *site* www.licitacoes-e.com.br, opção **"Sala de Disputa. Acesse Aqui"**, quando então poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

8.3.4. A licitante, ao acessar a sala de disputa, terá a visão do melhor lance ofertado, de seu lance e da relação dos lances. O Sistema apresentará apenas o melhor lance ofertado de cada licitante. Para visualizar essas informações a licitante deverá clicar no botão **"Detalhes Disputa"** que estará disponível no canto superior direito da tela, quando o lote estiver em disputa.

8.3.5. As licitantes classificadas poderão formular lances sucessivos de menor valor, sendo informadas, imediatamente, sobre o seu recebimento com a indicação do respectivo horário e valor. Caso não se realizem lances, será verificada a conformidade da proposta de menor preço.

www.tj.ro.gov.br cpl@tj.ro.gov.br
Rua José Camacho n. 585, Sala 201, 2° andar, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho/RO Fone: (69)3217-1373 fax: (69)3217-1372

8.3.6. A licitante poderá encaminhar lance com valor superior ao menor lance registrado pelo sistema, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

8.3.7. Durante o transcurso da fase de disputa, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará a autora do lance.

8.3.8. O tempo normal de disputa será controlado e encerrado pelo Pregoeiro, quando então o sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances. Logo após, a disputa entrará na fase randômica, que transcorrerá por um período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.3.9. Nos termos do artigo 44 da Lei Complementar 123/06, é assegurado, como critério de **desempate**, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

8.3.9.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte forem iguais ou até **5% (cinco por cento)** superiores à proposta mais bem classificada, desde que esta também não se enquadre nessas categorias.

8.3.9.1.1. Encerrado o tempo randômico, o sistema identificará automaticamente a existência da situação de empate na sala de disputa, informando o nome da licitante. Em seguida, o Pregoeiro convocará a licitante que se encontre em situação de empate para, **no prazo de 5 (cinco) minutos,** sob pena de preclusão, ofertar novo lance, inferior ao menor lance registrado para o lote.

8.3.9.1.2. Não havendo manifestação da licitante convocada para registrar novo lance, o sistema verificará se há outra em situação de empate, realizando o chamado de forma automática. Não havendo mais nenhuma licitante em situação de empate, o sistema emitirá mensagem, cabendo ao pregoeiro dar encerramento à disputa do lote.

8.3.10. Na hipótese de não-contratação nos termos previstos no subitem 8.3.9 deste Edital, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.3.11. Após o encerramento da fase de disputa da sessão pública, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

8.3.12. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

8.3.13. As licitantes, a qualquer momento, depois de finalizada a disputa, poderão registrar seus questionamentos para o Pregoeiro via sistema eletrônico, acessando a seqüência **"Relatório da disputa"** para o lote disputado, **"Chat Mensagens"** e **"Enviar Mensagem"**. Essa opção estará disponível até o momento em que o Pregoeiro declarar a licitante vencedora do lote. Os questionamentos formulados serão respondidos no sistema eletrônico. Todas as mensagens constarão no histórico do Relatório de Disputa.

8.3.14. Todas as informações relativas à sessão pública deste Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.

8.3.15. No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da fase de disputa, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.3.16. Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a fase de disputa da sessão pública será suspensa e reiniciada somente após comunicação às participantes através de mensagem inserida no campo **"Consultar Mensagens"** do sistema eletrônico.

8.3.17. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subseqüente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro de data diversa.

8.4. Do pedido de amostra, e/ou maiores informações.

8.4.1. A licitante primeira classificada, **a critério do Pregoeiro**, deverá apresentar no prazo máximo de 5 (cinco) dias consecutivos, **contados da data do encerramento da fase de disputa,** desde que não haja comunicação do Pregoeiro de data diversa, MAIORES INFORMAÇÕES do (s) equipamento (s) ofertado (s), para verificar se este (s) atende (m) às especificações contidas no ANEXO I (Modelo de apresentação de proposta de preços no sistema eletrônico) e aos requisitos de qualidade previstos neste Edital. A licitante que não apresentar a (s) amostra (s) e/ou maiores informações dentro do prazo solicitado será desclassificada no lote.

8.4.2. A (s) informação (es) solicitada (s) do (s) equipamento (s) ofertado (s) deverá (ão) ser encaminhada (s), **sem ônus para o Tribunal,** devidamente identificada (s) com o nome da licitante, número do item, número do lote e da Licitação a que se refere, e entregue (s) na Sala da Comissão Permanente de Licitação (CPL/TJRO), situada na Rua José Camacho n. 585, Sala 201, 2° andar, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP 76801-330.

8.4.3. Quando a (s) informação (es) solicitada (s) não atender (em) às especificações contidas no Anexo I deste Edital, a licitante será desclassificada no lote.

8.5. Do envio dos documentos para habilitação, para comprovar o enquadramento na categoria de ME ou EPP, quando for o caso, e da proposta de preços detalhada classificada em primeiro lugar.

8.5.1. Encerrada a fase de disputa, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar e verificará a habilitação por meio de consulta ao **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF)**, emitindo a Declaração Demonstrativa da situação da licitante, a qual constará nos autos. O Pregoeiro verificará também o cumprimento às demais exigências para habilitação contidas neste Edital.

8.5.2. No prazo máximo de **2 (DUAS) HORAS** após o encerramento da fase de disputa, a licitante classificada em primeiro lugar deverá encaminhar por meio do FAX n. (0xx69) 3217-1372 a **PROPOSTA DE PREÇOS DETALHADA,** atualizada em conformidade com o lance eventualmente ofertado, **bem como os seguintes documentos complementares:**

a) Declaração de Inexistência de Fato Superveniente, conforme modelo constante no **ANEXO IV** deste Edital;

b) Declaração de Inexistência de Empregados Menores, conforme modelo constante no **ANEXO V** deste Edital;

c) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

d) Declaração do fabricante do software comprovando algum grau de parceria (integrador, revendedor, representante ou outros);

e) Licença de software de gerenciamento da USCA; e

f) **os documentos que porventura estejam vencidos no SICAF, devidamente revalidados/atualizados.**

8.5.2.1. As empresas cadastradas no SICAF, que tiverem qualquer dos índices relativos à boa situação financeira menor que 1 (um), deverão comprovar possuir patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, conforme faculta o art. 31, § 3º da Lei n. 8.666/93, sob pena de inabilitação. A comprovação será feita mediante apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da legislação em vigor.

8.5.2.2. No caso de empresas **NÃO** cadastradas no SICAF, porém inscritas junto ao Cadastro de Fornecedores deste Tribunal, deverão apresentar além da cópia do Certificado de Registro Cadastral, os documentos constantes das **alíneas "a" e "b" do subitem 8.5.2** deste Edital. **Caso os documentos mencionados no certificado estejam com o prazo de validade vencido, a licitante deverá apresentá-los devidamente revalidados/atualizados, sob pena de inabilitação.**

8.5.2.3. No caso de empresas não inscritas no SICAF ou junto ao Cadastro de Fornecedores deste Tribunal, para habilitação deverão apresentar os documentos constantes no ANEXO III deste Edital.

8.5.2.4. A licitante interessada em usufruir dos benefícios estabelecidos na Lei Complementar 123/2006 (Estatuto da Micro e Pequena Empresa), além da documentação exigida nas alíneas do subitem 8.5.2 deste Edital, deve apresentar documento expedido pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, para comprovar o seu enquadramento na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte, de

www.tj.ro.gov.br cpl@tj.ro.gov.br
Rua José Camacho n. 585, Sala 201, 2° andar, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho/RO Fone: (69)3217-1373 fax: (69)3217-1372

acordo **com os arts. 3° e 73, inciso IV da Lei Complementar n. 123/06** e art. 8° da Instrução Normativa n. 103 de 30 de abril de 2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC.

8.5.2.4.1. A licitante enquadrada como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), por ocasião da participação nesta licitação, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal (prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ; prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; certidões negativas ou positivas com efeito de negativa, expedidas pela Receita Federal, pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, pela Fazenda Pública Estadual e pela Fazenda Pública Municipal, quando couber, do domicílio ou sede da licitante; e prova de regularidade relativa ao FGTS e INSS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei) mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.5.2.4.1.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, as microempresas e empresas de pequeno porte terão prazo de até 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que for declarada vencedora desta licitação, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.5.2.4.1.2. A não-regularização da documentação quanto à regularidade fiscal, no prazo previsto no subitem anterior, implicará na decadência do direito à ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS da microempresa ou empresa de pequeno porte, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e na legislação, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinar a Ata de Registro de Preços, ou ainda revogar esta licitação.

8.5.3. O prazo para apresentação da proposta de preços detalhada, bem como da documentação exigida para habilitação e, conforme o caso, para comprovação do enquadramento na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte **será de até 3 (três) dias úteis,** contados da data do encerramento da fase de disputa.

8.5.3.1. A Proposta de Preços Detalhada deverá ser apresentada no original. Os demais documentos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, Pregoeiro ou membro da Equipe de Apoio, mediante apresentação do original ou publicação em órgão da imprensa oficial.

8.5.3.2. As certidões obtidas via internet estarão sujeitas à verificação de sua validade e autenticidade pelo Pregoeiro. A verificação pelo Tribunal nos sites oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova

8.5.4. A **Proposta de Preços Detalhada** (modelo constante no **ANEXO II** deste Edital) deverá ser datilografada ou impressa por qualquer processo eletrônico, **sem alternativas, emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas**, escrita em português, redigida com clareza, com todas as folhas rubricadas, exceto a última, que deve ser datada e assinada pelo representante legal da empresa (se Procurador, acompanhada da respectiva procuração), e dela devem constar:

a) as informações exigidas nos subitens 8.1.7 e 8.1.8 deste Edital, devendo informar o **valor unitário** de cada item do lote, bem como seu valor total, devidamente atualizados após o encerramento dos lances;

b) razão social da proponente, endereço, CNPJ, número da conta-corrente, agência e respectivo banco e, se possuir, n. do telefone, n. do aparelho de fac-símile (fax) e endereço eletrônico (e-mail); e

c) declaração de que nos preços cotados estão inclusas todas as despesas, tais como fretes, seguros, taxas, impostos, encargos sociais e trabalhistas e outros gravames que possam incidir sobre o objeto licitado.

8.5.5. A licitante, fica ciente de que, seja durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, seja durante toda a execução da eventual contratação, deverão ser mantidas, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação (INSS, FGTS, Tributos Estaduais e outras solicitadas) e qualificação exigidas na licitação, de acordo com o art. 55, inciso XIII, da Lei n. 8.666/93.

8.5.6. Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:
a) se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

b) se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da mesma, exceto aqueles que pela própria natureza ou em razão da centralização de recolhimentos, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz; e

c) se a licitante for a matriz, mas a fornecedora do objeto deste Edital ou a emissora da fatura/nota fiscal for a filial, os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial, simultaneamente.

8.5.7. A documentação exigida deverá ter validade no mínimo até a data prevista para a fase de disputa da sessão pública. Se o prazo de validade das Certidões não estiver expresso, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias consecutivos, excluindo-se nesta contagem o dia da emissão/expedição (o primeiro dia na contagem do prazo de validade é o seguinte à sua emissão).

8.5.8. Se a proposta não for aceitável ou se a licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta subseqüente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital, quando então poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

8.5.9. Se a documentação exigida para habilitação não estiver completa e correta, ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, ou se a empresa estiver em suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, ou se for identificada como inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, tal empresa será inabilitada, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

8.5.10. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a licitante será declarada vencedora.

8.6. Do recurso

8.6.1. Declarada a licitante vencedora, **qualquer licitante, classificada ou desclassificada, poderá contestar o resultado deste Pregão**. Para tanto, nas 24 (vinte e quatro) horas posteriores ao ato de declaração da vencedora, a licitante deverá manifestar em campo próprio do sistema, **motivadamente**, sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido prazo de 3 (três) dias para apresentação formal (por escrito) das razões de recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentarem contra-razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

8.6.2. O recurso será dirigido a Excelentíssima Desembargadora Presidente deste Tribunal e deverá ser entregue na sala da Comissão Permanente de Licitação (CPL/TJRO), situada na Rua José Camacho n. 585, Sala 201, 2° andar, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP 76801-330.

8.6.3. Facultativamente, a licitante poderá encaminhar o memorial e contra-razões de recurso pelo fax (0xx69) 3217-1372 ou pelo e-mail cpl@tj.ro.gov.br, devendo o original ser encaminhado dentro do prazo de que trata o subitem 8.6.1 deste Edital.

8.6.4. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.6.5. A falta de manifestação motivada **da intenção de interpor recurso, em campo próprio do sistema eletrônico,** nas 24 (vinte e quatro) horas posteriores ao ato de declaração da vencedora, importará na decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto desta licitação à licitante declarada vencedora. Não será concedido prazo para recurso sobre assuntos meramente protelatórios.

8.6.6. Findo o prazo do subitem 8.6.1 deste Edital, impugnado ou não o recurso, o Pregoeiro o apreciará, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, quando opinará pela manutenção ou reforma do ato recorrido, encaminhando-o, devidamente informado, a Excelentíssima Desembargadora Presidente deste Tribunal, devendo esta autoridade, após o recebimento dos autos, proferir a decisão dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis.

8.6.7. O recurso terá EFEITO SUSPENSIVO sobre o ato recorrido, observado o disposto no art. 109, § 2º da Lei n. 8.666/93.

8.6.8. Nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os Autos do Processo estejam com vista franqueada à interessada.

8.6.9. Julgado o recurso, a decisão será publicada no Diário da Justiça do Estado de Rondônia, no Jornal "O

TJRO/CPL
Fls. 76 53

Estadão do Norte", no *site* www.tj.ro.gov.br, bem como afixada no quadro próprio localizado na Sede deste Tribunal, na Rua José Camacho n. 585, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, e oficiada à (s) impetrante (s).

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Da adjudicação, homologação e assinatura da Ata de Registro de Preços

9.1.1. Declarada a licitante vencedora, e depois de decorrido o prazo de interposição de recursos contra o resultado desta licitação e/ou julgado os interpostos, o objeto desta licitação será adjudicado, em despacho nos autos do respectivo processo bem como no sistema eletrônico quando já deverá estar registrado o valor unitário do item do lote.

9.1.2. O objeto desta licitação será adjudicado pelo Pregoeiro. Quando houver interposição de recurso será adjudicado pela Presidente deste Tribunal.

9.1.3. Adjudicado o objeto, a Presidente deste Tribunal decidirá quanto à homologação, revogação ou nulidade deste procedimento licitatório.

9.1.4. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.

9.1.5. Homologado o resultado desta licitação, o Tribunal, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para que assinem a Ata de Registro de Preços, que, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de **compromisso de fornecimento** nas condições estabelecidas.

9.1.5.1. O **prazo para assinatura** será de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de recebimento da notificação. A recusa injustificada da licitante notificada em assinar a Ata de Registro de Preços nos prazos e condições estabelecidas neste Edital caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a à perda do direito ao registro de preços, bem como às penalidades cabíveis, previstas no item 11 deste Edital.

9.1.5.2. Caso seja necessária a remessa da Ata de Registro de Preços para localidade fora do Estado de Rondônia, o prazo de devolução desta, devidamente assinada, será de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento.

9.1.6. Na data da assinatura da Ata de Registro de Preços, o representante da licitante vencedora deverá comprovar:

a) seu poder para representar a licitante, através de documento legal; e

b) atendimento ao subitem 8.5.5 deste Edital (atualizar todos os documentos apresentados quando da habilitação, se vencidos).

9.1.7. Quando a adjudicatária não cumprir a alínea "b" do subitem anterior ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços, o Tribunal poderá convocar outra licitante, respeitada a ordem de classificação, para após, comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

9.2. Dos preços registrados

9.2.1. A Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta a este Tribunal, desde que devidamente comprovada a vantagem. Para tanto, os interessados deverão entrar em contato com a Comissão Permanente de Licitação (CPL/TJRO) pelo telefone (69) 3217-1372 ou pelo e-mail cpl@tj.ro.gov.br.

9.2.1.1. Caberá à Detentora da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

www.tj.ro.gov.br cpl@tj.ro.gov.br
Rua José Camacho n. 585, Sala 201, 2º andar, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho/RO Fone: (69)3217-1373 fax: (69)3217-1372

9.2.1.2. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o subitem 9.2.1 deste Edital não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

9.2.2. Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores serão divulgados no Diário da Justiça do Estado de Rondônia e ficarão disponibilizados em meio eletrônico na página do Tribunal durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

9.2.3. As contratações decorrentes do registro obedecerão à ordem de classificação dos fornecedores constantes na Ata.

9.3. Do prazo de validade da Ata de Registro de Preços

9.3.1. Será de 12 (doze) meses o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, contados da data da sua publicação.

9.4. Do cancelamento do Registro de Preços da Detentora

9.4.1. A Detentora dos Preços Registrados terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo Tribunal, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir os preços registrados, quando este se tornar superior ao praticado no mercado; e

d) estiverem presentes razões de interesse público.

9.4.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da Excelentíssima Desembargadora Presidente deste Tribunal.

9.4.3. A Detentora dos Preços Registrados poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.

9.5. Da revisão dos preços registrados

9.5.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos materiais registrados, cabendo ao Tribunal as necessárias negociações com a Detentora dos Preços Registrados.

9.5.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Tribunal deverá:

a) convocar a Detentora dos Preços Registrados visando a negociação para a redução de preço e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) caso seja frustrada a negociação, a Detentora dos Preços Registrados será liberada do compromisso assumido; e

c) convocar as demais Detentoras dos Preços Registrados visando igual oportunidade de negociação.

9.5.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e a Detentora dos Preços Registrados, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Tribunal poderá:

a) liberar a Detentora dos Preços Registrados do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que a comunicação ocorra antes da Ordem de Fornecimento; e
b) convocar as demais Detentoras dos Preços Registrados visando igual oportunidade de negociação.

9.5.4. Não havendo êxito nas negociações, o Tribunal procederá a revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

9.5.5. O requerimento de que trata o subitem 9.5.3 deste Edital deverá comprovar a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com conseqüências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas pela Detentora dos Preços Registrados.

9.5.5.1. A comprovação será feita por meio de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias alusivas à época da proposta e do momento do pedido de revisão dos preços.

9.5.5.2. Junto com o requerimento, a Detentora dos Preços Registrados deverá apresentar planilhas de custos comparativas entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão dos preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor registrado.

9.5.5.3. O Tribunal, reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, procederá a revisão dos preços.

9.5.5.4. As alterações decorrentes da revisão dos preços serão publicadas no Diário da Justiça do Estado de Rondônia e ficarão disponibilizadas em meio eletrônico na página do Tribunal durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

9.5.6. O acompanhamento dos preços não desobriga a unidade requisitante de efetivar pesquisa de mercado previamente à contratação.

9.5.7. É vedado à Detentora dos Preços Registrados interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste Edital.

9.6. Da convocação para fornecimento do (s) material (is)

9.6.1. As aquisições decorrentes deste registro serão autorizadas, caso a caso, pelo setor competente, mediante prévia e obrigatória pesquisa de preços, onde se verifique que o preço registrado em ata encontra-se compatível com o de mercado, obedecendo à legislação vigente.

9.6.2. A solicitação para fornecimento do (s) material (is) será feita através da emissão e encaminhamento da Ordem de Fornecimento à Detentora dos Preços Registrados, conforme modelo constante no **ANEXO VI** deste Edital.

9.6.2.1. A Ordem de Fornecimento conterá:

a) descrição e quantidade do (s) material (is); e

b) valor da contratação, conforme a Ata de Registro de Preços;

9.6.3. Para cada fornecimento será emitida uma Nota de Empenho para a Detentora da Ata de Registro de Preços.

9.7. Da entrega e instalação do (s) grupo (s) motor gerador e das obrigações da Detentora

9.7.1. A Detentora deverá entregar o (s) grupo (s) motor gerador, bem como realizar instalação do (s) mesmo (s), ficando o (s) equipamento (s) em perfeito estado para seu pleno funcionamento, com manual de operação, desenhos e diagramas do painel de comando, nas seguintes localidades:

Comarca	Fórum	Endereço	Cidade
Alta Floresta	Min. Aliomar Baleeiro	Av. Isaura Kwirant, 3061	Alta Floresta
Alvorada do Oeste	Jurista José J. G. Lima	Rua Vinícius de Moraes, 4308 - Centro	Alvorada do Oeste
Buritis	Juiz Jorge Gurgel do Amaral Neto	Rua Taguatinga, 1380 - Setor 03	Buritis
Cerejeiras	Sobral Pinto	Rua Brasil, 2178 - Centro	Cerejeiras
Espigão D'Oeste	Min. Miguel Seabra Fagundes	Av. Rio Grande, 2705 - Centro	Espigão D'Oeste
Machadinho do Oeste	Des. José Pedro do Couto	Rua Rio de Janeiro, S/Nº - Centro	Machadinho do Oeste
Nova Brasilândia	Juiz José de Melo e Silva	Rua Riachuelo, S/Nº - Setor 14	Nova Brasilândia
Pres. Médici	Prof. Ponte de Miranda	Av. Castelo Branco, 2667 - Centro	Pres. Médici
Santa Luzia D'Oeste	Sebastião de Souza Moura	Rua Dom Pedro I c/ Tancredo Neves.	Santa Luzia D'Oeste

São Miguel do Guaporé	Anísio Garcia Martins	Av. São Paulo, 1395 - Setor 04 - Cristo Rei	São Miguel do Guaporé

9.7.1.1. Não será aceita entrega parcial. O (s) grupo (s) motor gerador deverá (ão) ser entregue (s) acondicionado (s) adequadamente de forma a permitir completa segurança durante o transporte.

9.7.1.2. O (s) grupo (s) motor gerador deverá (ão) apresentar prazo de garantia de acordo com o **ANEXO I** deste Edital, a contar da data do seu recebimento definitivo.

9.7.2. O **recebimento provisório** do grupo motor gerador dar-se-á **em até 05 (cinco) dias consecutivos**, contados a partir da entrada em funcionamento, mediante Termo Circunstanciado de Recebimento Provisório, assinado pelas partes mediante aceite na fatura/nota fiscal, para efeito de posterior verificação da conformidade do equipamento com as especificações constantes deste Edital.

9.7.3. O **Corpo Técnico** do Setor de Engenharia – **SEnge/TJRO** composto pelos Engenheiros Civis Paulo de Tarso Rodrigues Rodrigues, Raynie Marcelo de Souza Vieira e Marlene Nunes Freitas, e dos Engenheiros Eletricista Edvan Honorato Cândido, Irlando Freire Leal e Marcio Paulo Stein, verificará o (s) grupo (s) motor gerador quanto aos aspectos quantitativos, qualitativos, bem como se a Detentora o (s) entregou idêntico (s), em todas as especificações, conforme sua proposta, atendendo ao subitem 8.1.7 do referido Edital.

9.7.3.1. Quando da instalação do grupo motor gerador, toda tubulação a ser utilizada deverá ser de PVC rígido roscável, embutido no piso, colocados a uma distância mínima de 0,40m. No trecho compreendido entre o grupo motor gerador painel de transferência automática de carga e quadro de distribuição geral de energia, deverá ser instalado condutores elétricos de seção nominal igual a 150,0 mm² para o neutro.

9.7.3.2. Durante a execução dos serviços, onde houver necessidade de quebrar paredes e calçadas, estas deverão ser recuperadas de forma que permaneçam com as mesmas características originais.

9.7.3.3. Não será aceito qualquer alteração dos projetos, croquis ou detalhes sem a prévia análise do SEnge/TJRO e posterior autorização da SA - Secretaria Administrativa.

9.7.3.4. A Detentora entregará Projeto Padrão das instalações a fim de balizar a proposta comercial completa.

9.7.3.5. Ocorrendo qualquer divergência, o Corpo Técnico do Setor de Engenharia – SEnge/TJRO rejeitará o (s) grupo (s) motor gerador, ficando suspenso o prazo para emissão do Termo de Recebimento Definitivo, até que a Detentora providencie as medidas saneadoras necessárias a sua regularização formal, não implicando qualquer ônus para este Tribunal.

9.7.3.6. Constatada a adequação do (s) grupo (s) motor gerador aos termos pactuados, o Corpo Técnico do Setor de Engenharia – SEnge/TJRO emitirá o Termo de Recebimento Definitivo.

9.7.4. O **recebimento definitivo** do grupo motor gerador dar-se-á **em até 15 (quinze) dias consecutivos**, a contar do recebimento provisório, mediante Termo Circunstanciado de Recebimento Definitivo, assinado pelas partes ficando a Detentora encarregada de qualquer ajuste ou concerto que por ventura vierem ser necessários.

9.7.5. A Segurança do Trabalho dos operários será de inteira responsabilidade da Detentora, de conformidade com o que preceitua a NR-10 e NR-18.

9.7.6. A Detentora se responsabilizará por eventuais danos ou prejuízos causados, direta ou indiretamente, a este Tribunal ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo de seus representantes ou empregados na execução do contrato.

9.8. Da assistência técnica durante o período de garantia

9.8.1. Durante o período de garantia do (s) equipamento (s), objeto desta Licitação, a **assistência técnica** deverá ser prestada mediante **manutenção corretiva.**

9.8.2. Para efeito desta licitação, entende-se por **manutenção corretiva** aquela destinada a remover os defeitos apresentados pelo (s) material (is), compreendendo, nesse caso, a substituição de peças, ajustes, reparos e correções necessárias.

9.8.3. A manutenção corretiva consiste em visita técnica para execução de reparos e regulagens, das

instalações: elétrica, eletrônica ou mecânica do (s) grupo (s) motor gerador, de modo a tornar operacional (is) o (s) equipamento (s) desativado (s) em decorrência de defeitos, bem como reparar avarias.

9.8.4. A manutenção corretiva será concluída quando o (s) grupo (s) motor gerador estiver em pleno funcionamento.

9.8.5. A empresa apresentará Relatório de Manutenção Corretiva, completa e legível, a cada visita ***in loco***, descrevendo os procedimentos dos trabalhos executados.

10. DA RESCISÃO

10.1. Observadas as demais disposições constantes no Capítulo III, Seção V da Lei n. 8.666/93, a **rescisão** dar-se-á conforme a seguir:

a) poderá ser declarada unilateralmente pelo Tribunal, se a Detentora inexecutar obrigação contratual (total ou parcialmente), ou se houver a incidência de algum dos casos previstos no art. 78, I a XII e XVII da Lei n. 8.666/93, conforme disposto no art. 77 c/c art. 79, I da referida Lei; e

b) Poderá ocorrer amigavelmente ou por via judicial, conforme disposto no art. 79, II e III, da referida Lei.

10.1.1. Se a rescisão for unilateral ou amigável, deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente. E, em qualquer caso de rescisão, constará nos autos a respectiva e formal motivação, assegurando-se a ampla defesa e o contraditório.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Sem prejuízo das penalidades editalícias, contratuais e das demais cominações legais, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciada do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), e/ou do Sistema de Cadastro de Fornecedores deste Tribunal, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, aquela que:

a) após homologado o resultado da licitação, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decair do respectivo direito,

b) convocada dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, recusar-se em aceitar a Ordem de Fornecimento e/ou receber a Nota de Empenho;

c) deixar de entregar a documentação exigida neste Edital;

d) apresentar documentação falsa;

e) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
f) não mantiver a proposta;

g) falhar ou fraudar na execução do objeto da Ata de Registro de Preços;

h) comportar-se de modo inidôneo;

i) fizer declaração falsa; e

j) cometer fraude fiscal.

11.2. Havendo recusa da Detentora da Ata de Registro de Preços, em receber a Nota de Empenho e/ou aceitar a Ordem de Fornecimento, será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o respectivo valor total, além de recair-lhe a responsabilidade por eventuais perdas ou prejuízos causados ao Tribunal.

11.2.1. O prazo para recolhimento da multa e/ou do ressarcimento por eventuais perdas ou prejuízos será de 5 (cinco) dias úteis, após o recebimento da notificação pela Detentora da Ata de Registro de Preços.

11.3. O atraso injustificado **na entrega do (s) equipamento (s)** sujeitará a Detentora da Ata de Registro de Preços à multa diária de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor da respectiva Ordem de Fornecimento, até o 20º (vigésimo) dia consecutivo, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil após o término do prazo para

TJRO/CPL
Fls. 83

entrega. A partir do 21° (vigésimo primeiro) dia consecutivo, cumprir-se-á o disposto no subitem 11.7 deste Edital.

11.4. A Detentora da Ata de Registro de Preços, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a **entrega do (s) equipamento (is),** nos casos previstos no art. 57, § 1°, II e V da Lei n. 8.666/93, deverá, **até o vencimento do respectivo prazo**, apresentar justificativa por escrito ao Departamento de Economia e Finanças (DEF/TJRO), ficando a critério deste Tribunal a sua aceitação.

11.5. Vencido o prazo proposto **sem a entrega do (s) equipamento (s),** o Tribunal oficiará à Detentora da Ata de Registro de Preços, comunicando-lhe a data limite para **entrega**. A partir da data limite considerar-se-á recusa, sendo-lhe aplicada a sanção de que trata o subitem 11.7 deste Edital.

11.6. A **entrega do (s) equipamento (s)** até a data limite de que trata o subitem anterior não isenta a Detentora da Ata de Registro de Preços da multa prevista no subitem 11.3 deste Edital.

11.7. Pelo descumprimento total ou parcial do compromisso pela Detentora da Ata de Registro de Preços, o Tribunal poderá anular o empenho e/ou aplicar multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ordem de Fornecimento.

11.8. As multas devidas e os prejuízos causados ao Tribunal serão deduzidos dos valores a serem pagos ou recolhidos na forma da Lei.

11.9. A Detentora da Ata de Registro de Preços inadimplente que não tiver valores a receber deste Tribunal terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, após o recebimento da notificação, para recolhimento da multa ou para o ressarcimento de danos ou prejuízos a ele causados.

11.10. A aplicação de multas, bem como a anulação do empenho, não impedem que o Tribunal aplique à empresa faltosa as demais sanções previstas no art. 87 da Lei n. 8.666/93 (advertência, suspensão temporária ou declaração de inidoneidade).

11.11. A aplicação de multas, bem como a anulação do empenho, ou todas as sanções relacionadas neste Edital será precedida de processo administrativo, mediante o qual se garantirá a ampla defesa e o contraditório.

11.12. As multas previstas neste item não têm caráter indenizatório e o seu pagamento não eximirá a Detentora da Ata de Registro de Preços da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

12. DA IMPUGNAÇÃO A ESTE EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. As impugnações aos termos deste Edital poderão ser interpostas por qualquer pessoa, até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, dirigidas ao Pregoeiro, por meio do e-mail cpl@tj.ro.gov.br, por meio do fax n. (0xx69) 3217-1372 ou entregues na sala da Comissão Permanente de Licitação (CPL/TJRO), situada na Rua José Camacho n. 585, Sala 201, 2° andar, Bairro Olaria, Porto Velho/RO.

12.1.1. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.

12.1.2. Acolhida a impugnação contra este Edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

12.2. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital a licitante que, tendo-os aceito sem objeção, venha, após a abertura das propostas, apontar falhas ou irregularidades ou não o fizer no prazo estipulado.

12.3. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio do e-mail cpl@tj.ro.gov.br.

13. DO PAGAMENTO

13.1. O pagamento será efetuado no prazo de até **30 (trinta) dias consecutivos** contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo do equipamento, desde que a documentação da Detentora desta Ata esteja regularizada.

13.2. O pagamento será efetuado mediante **depósito bancário** na conta-corrente indicada pela Detentora em

sua Proposta de Preços Detalhada.

13.3. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Detentora da Ata de Registro de Preços não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo Tribunal, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal/fatura serão calculados - mediante apresentação de fatura própria - por meio da aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = \frac{i}{365}$	$I = \frac{6/100}{365}$	I = 0,00016438

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. A detentora fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da Ata de Registro de Preços, ainda que o fornecimento decorrente tenha que ser efetuado após o término de sua vigência.

14.2. Para contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, **exceto** quando explicitamente disposto em contrário.

14.3. A contagem dos prazos somente se inicia e vence em dia de expediente neste Tribunal.

14.4. A simples participação nesta licitação implica em total aceitação das normas contidas neste Edital.

14.5. As despesas de elaboração das propostas para este certame licitatório serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não conferindo direito a qualquer indenização ou ressarcimento.

14.6. A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados **em qualquer fase da licitação**. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a vencedora, implicará no cancelamento do respectivo registro de preços, ou, se for o caso, na anulação do empenho ou na rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

14.7. É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

14.8. As licitantes intimadas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo, sob pena de desclassificação/inabilitação, no prazo determinado pelo Pregoeiro, ao qual se reserva o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

14.9. O Pregoeiro poderá subsidiar-se em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto, objeto desta licitação.

14.10. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.11. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei n. 8.666/93.

14.12. O resultado da licitação será divulgado mediante aviso, o qual será publicado no Diário da Justiça do Estado de Rondônia, no Jornal "O Estadão do Norte", no *site* www.tj.ro.gov.br, bem como afixado no quadro próprio localizado na Sede deste Tribunal, na Rua José Camacho n. 585, Bairro Olaria, Porto Velho/RO.

TJRO/CPL
Fls. 83

14.13. Qualquer modificação neste Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

14.14. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

14.15. Fica eleito o foro da Comarca de Porto Velho/RO para dirimir quaisquer questões oriundas da presente licitação.

14.16. Este Edital encontra-se à disposição dos interessados nos *sites* www.tj.ro.gov.br ou www.licitacoes-e.com.br, bem como na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada na Rua José Camacho n. 585, Sala 201, 2º andar, Bairro Olaria, nesta capital, nos horários das 7h às 13h e das 16h às 18h, onde poderá ser retirado em meio físico ou eletrônico sem ônus para o Tribunal, com estes arcando o interessado , tais como fotocópia, ou trazendo disquete, CD-R ou Pen Drive próprio.

14.17. O Pregoeiro e sua equipe de apoio encontram-se à disposição **para esclarecimento de dúvidas ou informações complementares** no endereço citado no subitem anterior ou pelo fone (0xx69) 3217-1373, pelo fax (0xx69) 3217-1372, e ainda pelo e-mail cpl@tj.ro.gov.br. O Pregoeiro não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos por ele em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto deste Tribunal quanto do emissor.

14.18. São partes integrantes do presente Edital:

a) ANEXO I - Modelo de apresentação de proposta de preços no sistema eletrônico;

b) ANEXO II - Modelo de apresentação de proposta de preços detalhada após o encerramento dos lances;

c) ANEXO III - Exigências para habilitação;

d) ANEXO IV - Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo da Contratação com a Administração Pública;

e) ANEXO V - Modelo de Declaração de Inexistência de Empregados Menores;

f) ANEXO VI - Modelo de Ordem de Fornecimento à Detentora dos Preços Registrados; e

g) ANEXO VII - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Porto Velho/RO, 03 de novembro de 2008.

Desª. Zelite Andrade Carneiro
Presidente

TJRO/CPL
Fls. 84

ANEXO I

MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS NO SISTEMA ELETRÔNICO

PROCESSO 0301/0424/2008 - PREGÃO ELETRÔNICO 040/2008

No **campo OBSERVAÇÕES ADICIONAIS** do sistema eletrônico "LICITAÇÕES", em atendimento ao subitem 8.1.7.1 deste Edital, deverão ser inseridos:

1 - PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: ____ (_____) dias consecutivos.

O prazo de validade da proposta comercial deve ser, no mínimo, de 60 (sessenta) dias consecutivos, contados da data marcada para abertura das propostas. Em caso de omissão quanto à validade da proposta comercial, será considerado o prazo mínimo exigido. O recurso terá ***efeito suspensivo*** *sobre o ato recorrido, observado o disposto no art. 109, § 2° da Lei n. 8.666/93.*

2 - PRAZO DE ENTREGA ÚNICO: ____ (_____) dias consecutivos.

O prazo de entrega deverá ser único para o (s) material (is) ofertado (s), o qual não poderá ser superior a ***90 (noventa) dias consecutivos****, não se admitindo a entrega em parcelas. A contagem do prazo iniciará a partir do primeiro dia útil após o recebimento da Ordem de Fornecimento, conforme disposto nos subitens 14.2 e 14.3 deste Edital. Em caso de omissão da licitante considerar-se-á o prazo máximo exigido.*

3 - MARCA DO (S) MATERIAL (IS) OFERTADO (S):

Indicação de apenas ***UMA MARCA*** *o* ***ITEM*** *do lote, bem como outros dados pertinentes (modelo, referência, etc).* ***Em caso de omissão a licitante será desclassificada no lote.***

No **campo VALOR TOTAL DO LOTE** do sistema eletrônico "LICITAÇÕES", em atendimento ao subitem 8.1.7.2 deste Edital, deverá ser inserido:

1 - VALOR TOTAL DO LOTE: R$____ (_____). *(ver quadro abaixo)*

O valor total deverá ser em moeda nacional, com apenas DUAS CASAS decimais. O valor total deverá abranger o item que compõe o lote, sendo vedada a cotação parcial de itens ou de quantidade inferior à demandada.

Ao encaminhar sua proposta pelo sistema, a licitante deverá considerar as informações constantes do quadro abaixo:

Lote	Especificação	Quant./ Unid.	Prazo Mínimo de Garantia	Valor de Referência do Item (R$)	Valor Unitário do Item (R$)	Valor Total do Item R$(valor que deverá ser informado no campo "VALOR TOTAL DO LOTE")
1	**Grupo Motor Gerador automático** de 150 kVA, de capacidade de geração de energia, demais especificações no quadro abaixo. Garantia mínima de 1 (um) ano dada pelo fabricante, assistência técnica em Rondônia.	10 und	1 ano	77.755,00		
					VALOR TOTAL DO LOTE – R$	

ESPECIFICAÇÕES

TJRO/CPL
Fls. 85 53

Grupo Motor Gerador

1 MOTOR

1.1 Com assistência técnica autorizada pelo fabricante no Estado de Rondônia.

1.2 Tipo: estacionário, de combustão interna, quatro tempos.

1.3 Com injeção direta de combustível, com baixo índice de emissão e alto aproveitamento do combustível.

1.4 Combustível: diesel

1.5 Potência: a potência do motor deverá ser a mínima necessária para a geração das potências especificadas entregues a carga elétrica. Todas as perdas relativas a amaciamento, altitude, atrito, etc, deverão ser descontadas da potência bruta do mesmo;

1.6 Rotação: 1800 RPM;

1.7 Subsistema de Arrefecimento: por radiador Água-Ar com bomba de circulação do líquido de arrefecimento, acionada por correia(s)/polias acopladas ao eixo do motor, com tanque de expansão incorporado, com válvulas termostáticas para abertura em temperatura superior a 70oC para permitir a circulação de água pelo radiador de calor, com hélice acionada pelo motor, e seus respectivos controles e mecanismos.

1.8 Subsistema de lubrificação: sob pressão por bomba tipo engrenagem, acionada pelo motor, com válvula reguladora da pressão do óleo.

1.9 Subsistema Regulador de velocidade: do tipo eletrônico. Este deverá manter a freqüência da tensão de saída independente da carga no valor nominal, ±1%, e com possibilidade de ajuste manual em ±5% (cinco por cento) do seu valor nominal:
– Estabilidade de freqüência em degrau de carga de 0 a 80%: ±5% da nominal.
– Tempo de recuperação: < 4 Seg.
– Tempo de estabilização: < 8 Seg.

1.10 Subsistema de pré-aquecimento: por resistência elétrica instalada na parte inferior da tubulação do sistema de arrefecimento, controlado por termostato para controle da temperatura de operação entre 30 e 70oC;

1.11 Subsistema de Partida: por motor elétrico de corrente contínua, alimentado na tensão de 12 ou 24Vcc acompanhado da(s) respectiva(s) bateria(s);

1.12 Subsistema de Parada: por dispositivo eletromagnético, atuando diretamente sobre o dispositivo de estrangulamento de combustível, controlado pelo quadro de comando.

1.13 Filtros: de ar, água e de óleos combustível e lubrificante de elementos filtrantes cambiáveis externamente;

1.14 Subsistema de escape/descarga: deve ser constituído de coletor, tubo flexível para isolamento de vibrações, flange e silencioso hospitalar. O tubo flexível para isolamento de vibração deve ser feito de material inoxidável sanfonado;

1.15 Com alternador de carga de baterias e sinalização acionado por correia;

1.16 Consumo máximo: 30l/h a plena carga.

1.17 Proteções contra:

– Sub/sobrevelocidade ajustável de ±2 a 10% do nominal.
– Baixa pressão do óleo por meio de um pressostato, lacrado de fábrica, regulado para a menor pressão de óleo lubrificante que garanta o funcionamento seguro do motor, na rotação nominal e potência máxima;
– Temperatura alta da água/refrigerante do motor
– Com auto-diagnóstico dos sensores

1.18 Painel de operação local: Alojado no conjunto motor-gerador deverá ser fornecido um painel de operação local com as seguintes características ou componentes:

– Manômetro da pressão do óleo lubrificante
– Termômetro da temperatura do motor
– Horímetro do gerador

– Frequencímetro do gerador de lâminas para 60Hz
– Chave de partida
– Botão de parada
– Chave seletora de operação local-remoto.

2 ALTERNADOR SÍNCRONO

2.1 Configuração: 4 pólos, síncrono, sem escovas, trifásico em estrela, com neutro disponível;

2.2 Tensão Nominal: 220/127Vac ajustável em +/- 15%;

2.3 Tipo: próprio para alimentação de cargas deformantes;

2.4 Potências mínimas:
– Em regime "stand by": mínima de 150kva/120Kw
– Em regime contínuo: mínima de 118kva/94Kw

2.5 Freqüência Nominal: 60 Hertz correspondente a 1800 RPM do motor

2.6 Com capacidade para operar sob as seguintes condições de distorção harmônica:

– DHTV: de até 8%.
– DHTI: de até 10%.

2.7 Sistema Rotativo: deve ser construído para suportar sem danos, em caso de emergência, rotação de 25% (vinte e cinco por cento) acima da nominal;

2.8 Com ventilador interno acoplado ao próprio eixo do gerador;

2.9 Os enrolamentos devem ser impregnados a vácuo e próprios para operar em classe F;

2.10 A resistência de isolamento entre enrolamentos e entre enrolamentos e a carcaça deve ser de no mínimo 500 M_;

2.11 Capacidade de Sobrecarga: 10%(dez por cento) durante 60 (sessenta) minutos em cada 6 (seis) hora;

2.12 Grau de proteção: IP-23;

2.13 Excitatriz: rotativa, do tipo "BRUSHLESS", com enrolamento de campo de excitatriz fixo, e enrolamento de armadura girante;

2.14 Ponte retificadora trifásica de onda completa: girante, acoplada eletricamente ao enrolamento da armadura da excitatriz, e ao enrolamento do alternador síncrono;

2.15 Sistema Regulador de tensão: do tipo eletrônico. Este deve ter condições de manter a tensão de saída independente da carga no valor nominal, ± 2%, e também permitir a variação manual desta em ±15% do seu valor nominal de tensão em posição automática.

Observação: este módulo pode estar alojado no gabinete do QTA.
– Estabilidade de tensão em degrau de carga de 0 a 80%: ±10% da nominal.
– Tempo de recuperação: < 4 Seg.

2.16 Proteções contra:
- Temperatura alta nos mancais por meio de sensores de temperatura instalados nos próprios mancais.

3 QTA – QUADRO DE TRANSFERÊNCIA AUTOMÁTICA - deverá ser dotado pelo menos dos seguintes componentes ou recursos:

3.1 MCOS - Módulo de controle operação e supervisão: Do tipo microprocessado que executa todas as funções de comando, proteção e supervisão do motor e do gerador a ele conectado, devendo ter pelo menos os seguintes recursos:

3.2 Painel mostrador com no mínimo 128x64pixels;

3.3 Modos de operação: desligado, manual e automático;

3.4 Compatível com motores com unidade eletrônica de controle padrão J1939;

3.5 Medidor multifunções trifásico, com capacidade de visualização mínima das seguintes grandezas do sistema:

- Voltagens fase-neutro da rede e do gerador;
- Correntes da carga (saída);
- Freqüências da rede e do gerador;
- Fator de potência da carga;
- Potências ativas da carga por fase.
- Potências reativas da carga por fase.
- Energia ativa fornecida (kWh);
- Energia reativa fornecida (kVArh);

3.6 Interface de comunicação RS232 com suporte para protocolo ModBus;

3.7 Com "log" dos últimos 100 registros de ocorrências;

3.8 Nível de proteção do módulo microprocessado: IP65;

3.9 Controles:

- Chave ou tecla seletora liga-desliga.
- Chave ou tecla seletora manual-automático.
- Botões ou tecla de controle para partida, parada, reposição, carga na rede, carga no gerador e teste de sinalização.

3.10 Deve ser construída para operar nas tensões compatíveis com a rede e alternador 220/127V, 60 Hz, trifásica, com variações de +/-15% para tensão e de +/-10% para a freqüência.

3.11 Comando de partida para o motor deve ser de 3 (três) tentativas de 10 segundos cada e pausa de até 30 (trinta) segundos. Não tendo partido o GMG, deve ser inibido o sistema de partida e sinalizado o defeito que ocasionou o não funcionamento do mesmo. Havendo êxito na partida, o sistema de partida deverá ser bloqueado por sensor de tensão no alternador de 12/24V, pressão do óleo, e de tensão de saída do alternador de potência. Nesta condição também deverá ser bloqueado o acionamento do contator de pré-aquecimento.

3.12 Proteções contra:

- Tensão anormal do gerador ajustável em +/-10% da tensão nominal
- Freqüência anormal ajustável em +/-10% da freqüência nominal
- Pressão do óleo anormal
- Temperatura alta do motor
- Temperatura dos enrolamentos do gerador
- Temperatura dos mancais do gerador
- Tensão anormal da bateria de partida
- Sobrecarga no campo de excitação
- Sobrecarga na saída de 15% acima da carga nominal
- Perda de excitação.

3.13 Configuração das Temporizações:

- Espera para partir: ajustável entre 4 e 30 segundos.
- Espera para estabilização da rede no retorno de falha: ajustável entre 10 e 60 segundos.
- Tempo de resfriamento do motor: ajustável entre 1 e 10 minutos.

4 CONJUNTO DE TRANSFERÊNCIA:

4.1 Chaves motorizadas ou contatores para alimentação da carga por rede ou gerador com capacidade de operação em sobrecarga mínima superior a 10% da capacidade nominal do gerador e capacidade de partida de até 50% da nominal. Os contatores deverão ser dotados de intertravamento elétrico por meio de contatos auxiliares dos próprios contatores de potência e mecânico que impossibilite o fechamento dos 2 contatores simultaneamente.

5 CARREGADOR DE BATERIA(S):

5.1 Sistema de recarga de bateria: para operação em 12/24Vcc com capacidade para 5Acc, do tipo SMPS (fonte chaveada);

6 REGULADOR DE TENSÃO:

6.1 Sistema Regulador de tensão: do tipo eletrônico. Este deve ter condições de manter a tensão de saída independente da carga no valor nominal, ± 2%, e também permitir a variação manual desta em ±15% do seu valor nominal de tensão em

posição automática.
Obs.: este módulo pode estar alojado no gerador síncrono.

7 CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS:

7.1 CMR - Chave manual-remoto. Este sistema deve ser construído para operação em modo automático e também em modo totalmente manual em situações emergenciais. O MCOS deve reconhecer pela chave manual-remoto instalada no painel de operação local qual o modo de operação. Caso esteja em modo local não deverá permitir partida ou parada do motor pelo MCOS devendo todas as operações serem efetuadas por meio do painel de operação local e pela chave CCC.

7.2 CCC - Chave de comando dos contatores. Chave de 3 posições para operação emergencial instalada no QTA que permita a alimentação da carga pela rede ou pelo gerador ou por controle do MCOS. Em situação emergencial ou em caso de falha de qualquer componente do QTA, este deverá permitir a alimentação da carga pela rede ou pelo gerador bem como a execução de testes ou manutenção do sistema sem o desligamento do contator da rede, mantendo a carga alimentada nesta situação.

8 PROTEÇÕES:

8.1 Além das proteções executadas pelo MCOS, o sistema deverá ser dotado pelo menos das seguintes proteções:

– Curto-circuito na saída do gerador por disjuntor ou fusíveis NH;
– Sobrecarga no gerador;
– Atracamento indevido do motor de partida, integrado a proteções comandadas por informação de pressão do óleo, tensão de saída ou outras que forcem o desatracamento deste em velocidade superior a 300rpm.
– Atracamento indevido dos contatores da rede e do gerador.

9 ACOPLAMENTO:

9.1 O motor e o gerador deverão ser acoplados diretamente por flange SAE, não permitindo o desalinhamento mesmo após uso prolongado, de modo a neutralizar os efeitos de trepidações e impedir o desalinhamento do rotor do alternador.

10 MONTAGEM:

10.1 O conjunto motor-gerador deverá ser montado em uma base construída em aço reforçada. Deverá possuir pontos de içamento equilibrados. O conjunto motor-gerador deverá ser acoplado a base por meio de amortecedores de vibração e esta base deverá ser complementada com amortecedores de vibração, para apoio desta base a base de concreto, no solo.

10.2 O QTA deverá ser acomodado em gabinete de aço com pintura eletrostática alojando todos os componentes definidos em 1.3.

11 TANQUE DE COMBUSTÍVEL:

11.1 O grupo motor-gerador deverá ser fornecido com tanque individual para armazenagem de combustível em PVC cuja forma deve ser apropriada ao local de sua instalação e respectivo tanque de contenção, com alimentação por gravidade, com capacidade de funcionamento contínuo sem reabastecimento, de pelo menos, 12 horas. O tanque deverá ocupar área máxima de 80x130cm (de acordo com o projeto de instalação existente). Deverá conter respiro com bloqueio contra fogo, com saída externa e saída para o motor com registro, de características adequadas nas tomadas de combustível, retorno do combustível do motor, tampa de fácil remoção e indicador externo do nível de combustível e deverá ser fornecida com todos os elementos necessários a sua instalação.

12 OUTROS: O grupo motor-gerador deverá vir acompanhado também de:

12.1 Manual de instalação e operação;
12.2 Software para operação não bloqueado para leitura e gravação do log e parametrização do sistema.
12.3 Instrução e treinamento do cliente "in loco" na operação do sistema.

OBERVAÇÕES:

1. A licitante deverá indicar os preços com apenas duas casas decimais, obedecendo ao critério de arredondamento previsto no subitem 8.1.12 deste Edital.

2. O (s) equipamento (s) ofertado (s) deve (m) apresentar prazo de garantia mínimo de acordo com este Anexo, a contar da data do seu recebimento definitivo pelo Tribunal.

TJRO/CPL
Fls. 89

3. OBRIGATORIAMENTE, sem qualquer ônus para este Tribunal, durante o período de garantia, o (s) equipamento (s) ofertado (s) para atender todo o item do lote deste Anexo, deve (m) possuir empresa autorizada pelo fabricante (ou pelo seu representante neste País) a prestar serviços de assistência técnica no ESTADO DE RONDÔNIA. A critério do Pregoeiro poderá ser exigida a comprovação de autorização pelo fabricante (ou pelo seu representante neste País), devendo a licitante apresentar esta comprovação no prazo máximo de 5 (cinco) dias consecutivos contados da notificação.

4. A documentação exigida deverá ter validade no mínimo até a data prevista para a fase de disputa da sessão pública de acordo com o subitem 8.5.7 deste Edital.

TJRO/CPL
Fls. 90 58

ANEXO II

MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS DETALHADA APÓS O ENCERRAMENTO DOS LANCES

PREGÃO ELETRÔNICO n. 040/2008, realizado no dia ___/___/2008, às _____ horas. Processo n. 0301/0424/2008.

Razão Social:
Número do CNPJ:
Endereço completo com CEP:
Fone/Fax/Celular:
Outros (correio eletrônico, caixa postal, etc):
Banco/Nome e n. da Agência/Conta Corrente:

OBJETO: Registro de preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual fornecimento, instalação e ativação de 10 (dez) grupos motor gerador em Fóruns localizados nas Comarcas do interior do Estado, visando atender ao Setor de Engenharia (SEnge/TJRO), nos termos do Pregão em epígrafe.

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: ____ (_____) dias consecutivos, contados da data marcada para abertura das propostas.

PRAZO DE ENTREGA ÚNICO: ____ (_____) dias consecutivos, contados a partir do primeiro dia útil após o recebimento da Ordem de Fornecimento.

Lote	Especificação	Quant./ Und.	Prazo de Garantia	Valor Unitário (R$)	Valor Total do Lote (R$)
1	**Grupo Motor Gerador automático** de 150 kVA, de capacidade de geração de energia, com manual de instalação e operação. Garantia mínima de 1 (um) ano dada pelo fabricante, assistência técnica no Estado de Rondônia. **Marca:**_____	10 und			
				VALOR TOTAL DO LOTE – R$	

Declaro que nos preços cotados estão inclusas todas as despesas, tais como fretes, seguros, taxas, impostos, encargos sociais e trabalhistas e outros gravames que possam incidir sobre o objeto licitado.

Atenciosamente,

_____
Local e Data

_____
Nome, assinatura do representante legal da empresa,
RG:
CPF:

TJRO/CPL
Fls. 91 58

ANEXO III

EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

1. Para as empresas **CADASTRADAS** no SICAF ou no Cadastro de Fornecedores deste Tribunal, **encaminhar** os documentos mencionados no subitem **8.5.2** deste Edital, conforme cada caso.

2. Para as empresas **NÃO** cadastradas no SICAF e **NÃO** cadastradas no Cadastro de Fornecedores deste Tribunal, **encaminhar** os seguintes documentos, de forma ordenada e encadernados ou fixos em pasta própria (não devendo ser entregues soltos) conforme relação a seguir, preferencialmente paginados (Exemplo: 1/5, 2/5,..., 5/5) em todas as folhas, a fim de permitir maior rapidez durante a conferência e exame correspondente:

a) Registro na Junta Comercial, em caso de empresa individual, com demonstração atualizada dos objetos sociais, demonstrando ramo de atividade compatível com o objeto licitado;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, com a demonstração do ramo de atividade **compatível com o objeto licitado**, bem como a última alteração contratual se houver, e, no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores. **Não será aceita** a Certidão Simplificada da Junta Comercial para substituir o contrato social;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento neste País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

e) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

f) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

g) Certidões negativas (ou positivas com efeito de negativa), expedidas pela Receita Federal, pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, pela Fazenda Pública Estadual e pela Fazenda Pública Municipal, quando couber, do domicílio ou sede da licitante;

h) Prova de regularidade relativa ao **FGTS** e **INSS**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

i) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

j) Declaração de Inexistência de Empregados Menores, conforme modelo constante no **ANEXO V** deste Edital; e

k) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social (ou balanço de abertura das licitantes que iniciaram suas atividades neste ano), já exigíveis e apresentados na forma da Lei, devidamente registrados na Junta Comercial, que comprovem a boa situação financeira da empresa, assinado pelo contabilista regularmente habilitado e pelo representante da empresa legalmente constituído, vedada a sua substituição por balancetes ou balanço provisório. Observa-se que os balanços poderão ser remetidos ao Conselho Regional de Contabilidade para verificação de sua regularidade. Entende-se por "na forma da Lei" o seguinte:

- **Quando S.A.:** balanço patrimonial devidamente publicado no Diário Oficial ou Jornal de grande circulação;

- **Quando outra forma societária:** balanço patrimonial devidamente registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, conforme preceitua o Código Civil Brasileiro (art. 1.179) e Instrução Normativa n. 65, de 31/07/97, do DNRC, ou por cópia do Livro Diário, devidamente registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, acompanhada obrigatoriamente dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro em questão.

2.1. O cálculo para análise de balanço será feito da seguinte forma:

2.1.1. ÍNDICE DE LIQUIDEZ

2.1.1.1. Índice de Liquidez Corrente: Este quociente oferece o grau de solvência da empresa no interregno de no máximo 2 (dois) anos. O ideal é que este quociente seja superior a 1 (um). Quando for igual ou superior a 1 (um), evidenciará que a entidade possui recursos, no Ativo Circulante, suficientes para cobrir as obrigações de curto prazo, caso contrário encontra-se numa situação de insolvência.

$$\text{Fórmula: } \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

2.1.1.2. Índice de Liquidez Geral: Este índice oferece uma visão global do grau de solvência da empresa, mostra a existência ou não de recursos financeiros necessários para cobrir os compromissos assumidos com terceiros no prazo mínimo de 2 (dois) anos. Quando este quociente for igual ou superior a 1 (um) poder-se-á afirmar, em princípio, que a entidade encontra-se satisfatoriamente estruturada do ponto de vista financeiro. Por outro lado, quando a empresa apresentar o índice inferior a 1 (um) pode-se dizer que a entidade se encontra em situação de insolvência.

$$\text{Fórmula: } \frac{\text{Ativo Circulante + Ativo Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}}$$

2.1.1.3. Índice de Solvência Geral: Este índice irá indicar a capacidade financeira da empresa, após converter em dinheiro todo o seu Ativo (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo + Ativo Permanente), para pagar todos os seus compromissos a longo prazo (Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo). O ideal é que para cada R$ 1,00 (um real) de Ativo Total convertido em dinheiro, seja suficiente para pagar R$ 1,00 (um real) de Exigível Total, demonstrando o limite financeiro mínimo para não incorrer em insolvência.

$$\text{Fórmula} = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo + Ativo Permanente}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}}$$

2.1.2. A empresa deverá atender cumulativamente aos índices acima referidos, sendo que, na aplicação das fórmulas anteriormente mencionadas, a empresa deverá apresentar, para cada índice, quociente igual ou superior a 1 (um). Caso não atinja tal quociente em qualquer dos índices, a empresa deverá comprovar possuir patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, conforme faculta o art. 31, § 3º da Lei n. 8.666/93, sob pena de inabilitação.

3. A licitante interessada em usufruir dos benefícios estabelecidos na Lei Complementar 123/2006 (Estatuto da Micro e Pequena Empresa), além da documentação exigida nas alíneas **do item 2 deste Anexo**, deve apresentar documento expedido pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, para comprovar o seu enquadramento na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte, de acordo **com os arts. 3º e 73, inciso IV da Lei Complementar n. 123/06** e art. 8º da Instrução Normativa n. 103 de 30 de abril de 2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC.

3.1. Consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

a) no caso das microempresas, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufira, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais);e

b) no caso das empresas de pequeno porte, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufira, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e igual ou inferior a R$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).

3.1.1. Considera-se receita bruta, para fins do disposto nas alíneas "a" e "b" do subitem anterior, o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.

3.1.2. No caso de início de atividade no próprio ano-calendário, o limite a que se referem as alíneas "a" e "b" do subitem 3.1 deste Anexo será proporcional ao número de meses em que a microempresa ou a empresa de pequeno porte houver exercido atividade, inclusive as frações de meses.

3.1.3. Não se inclui no regime diferenciado e favorecido para nenhum efeito legal, as microempresas ou empresas de pequeno porte enquadradas no disposto do § 4º do art. 3º da Lei Complementar 123/2006.

3.2. A licitante enquadrada como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), por ocasião da participação nesta licitação, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal (prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ; prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; certidões negativas ou positivas com efeito de negativa, expedidas pela Receita Federal, pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, pela Fazenda Pública Estadual e pela Fazenda Pública Municipal, quando couber, do domicílio ou sede da licitante; e prova de regularidade relativa ao FGTS e INSS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei) mesmo que esta apresente alguma restrição.

3.2.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, as microempresas e empresas de pequeno porte terão prazo de até 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que for declarada vencedora desta licitação, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

3.2.2. A não-regularização da documentação quanto à regularidade fiscal, no prazo previsto no subitem anterior, implicará na decadência do direito à ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS da microempresa ou empresa de pequeno porte, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e na legislação, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinar a Ata de Registro de Preços, ou ainda revogar esta licitação..

TJRO/CPL
Fls. 94

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA CONTRATAÇÃO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Ao
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Rua José Camacho n. 585, Sala 201, 2° andar
Bairro Olaria
PORTO VELHO - RONDÔNIA

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO n. 040/2008 - PROCESSO n. 0301/0424/2008.

A empresa (nome da empresa_____), CNPJ n. _____, sediada (endereço completo_____) declara, sob as penalidades cabíveis, a inexistência de fato superveniente impeditivo da contratação com a Administração Pública, até a presente data, nos termos do § 2º do art. 32 da Lei n. 8.666/93.

_____
Local e Data

_____
Nome e assinatura do representante legal da empresa
RG:
CPF

TJRO/CPL
Fls. 95

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE EMPREGADOS MENORES

Ao
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Rua José Camacho n. 585, Sala 201, 2° andar
Bairro Olaria
PORTO VELHO - RONDÔNIA

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO n. 040/2008 - PROCESSO n. 0301/0424/2008.

A empresa (nome da empresa_____), CNPJ n. _____, sediada (endereço completo_____) declara, sob as penas da rescisão contratual, para os devidos fins requeridos no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, consoante o que se estabeleceu no art. 1º da Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não tem em seu quadro de empregados menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como não emprega menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

_____
Local e Data

_____
Nome e assinatura do representante legal da empresa
RG:
CPF:

TJRO/CPL
Fls. 96 53

ANEXO VI

MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO À DETENTORA DOS PREÇOS REGISTRADOS

ORDEM DE FORNECIMENTO N. ___/_____.

Referência: Ata de Registro de Preços proveniente do Pregão Eletrônico n. 040/2008 – CPL/TJRO Processo Administrativo n. 0301/0424/2008.

Contratante: **Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia**

Detentora: _____
CNPJ: _____
Endereço: _____

A Detentora fica notificada de que deverá fornecer o objeto constante na Ata de Registro de Preços em referência, nos prazos e condições a seguir:

LOTE	ESPECIFICAÇÃO	QUANT./ UNID.	PREÇO UNITÁRIO REGISTRADO (R$)	PREÇO TOTAL REGISTRADO (R$)
1	**Grupo Motor Gerador automático** de 150 kVA, de capacidade de geração de energia, com manual de instalação e operação. Garantia mínima de 1 (um) ano dada pelo fabricante, assistência técnica em Rondônia. **Marca:** _____			
	VALOR TOTAL DESTA ORDEM DE FORNECIMENTO - R$			

Local de entrega: Apoio Logístico deste Tribunal, situado na BR 364, k m 3, sentido Cuiabá, ao lado do 5º Batalhão da Polícia Militar, Bairro Lagoa, Porto Velho/RO, CEP. 78912-480.

Prazo de entrega: ___ (____) dias consecutivos, contados a partir do primeiro dia útil após o recebimento da Ordem de Fornecimento.

Dados para faturamento: Tribunal de Justiça de Rondônia – CNPJ 04.293.700/0001-72. Rua José Camacho n. 585, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP 76801-330.

Recurso Orçamentário: Funcional Programática: 02.122.1279.1167
Elemento de Despesa: 44.90.52
Nota de empenho: _____

A presente ordem de fornecimento formaliza contrato entre o Contratante e a Detentora, a qual se submete aos termos do Edital e da Ata de Registro de Preços, bem como à legislação neles indicada.

Porto Velho/RO, ___ de _____ de _____.

_____
Diretor do Deptº de Economia e Finanças/TJRO

Recebido em ..... / ..... / .....

_____
Nome por extenso do recebedor
(Favor preencher este campo e retornar via fax n.....)

TJRO/CPL Fls. 97

ANEXO VII

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
REF.: EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N. 040/2008 – CPL/TJRO

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA (TJRO)**, denominado **Tribunal**, CNPJ n. 04.293.700/0001-72, com sede na Rua José Camacho n. 585, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, representado neste ato por sua Presidente, Desembargadora ....., RG n. ....., CPF n. ....., e, de outro lado a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s), denominada(s) **Detentora(s)**, firmam esta **Ata de Registro de** Preços, conforme decisão exarada no Processo Administrativo n. 0301/0424/2008, sob a regência das Leis Federais n. 8.666/93, n. 10.520/02 e Lei Complementar n. 123/06,, do Decreto Estadual n. 10.898/04 e das Resoluções do TJRO n. 006/2003-PR e n. 027/2004-PR, e suas respectivas alterações, visando o **REGISTRO DE PREÇOS** do lote a seguir, nos termos do referido Edital e seus Anexos, conforme as cláusulas e condições a seguir:

DO OBJETO – CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1. Registro de preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual fornecimento, instalação e ativação de 10 (dez) grupos motor gerador em Fóruns das Comarcas do interior do Estado, visando atender ao Setor de Engenharia (SEnge/TJRO), conforme as disposições deste Edital e de seus Anexos e classificação a seguir:

Primeira Classificada

Empresa:	CNPJ:	
Endereço:		
E-mail:	Fone:	Fax:
Representante:	RG:	CPF:

LOTE	ESPECIFICAÇÃO	QUANT./ UNID.	PREÇO UNITÁRIO REGISTRADO (R$)
1	**Grupo Motor Gerador automático** de 150 kVA, de capacidade de geração de energia, com manual de instalação e operação. Garantia mínima de 1 (um) ano dada pelo fabricante, assistência técnica em Rondônia. **Marca:**_____.	10 und	
Valor Total do Lote:			

Segunda Classificada

Empresa:	CNPJ:
Valor Total do Lote:	

Terceira Classificada

Empresa:	CNPJ:
Valor Total do Lote:	

1.2. O referido Edital e seus Anexos, e a (s) proposta (s) de preços da (s) Detentora (s) fazem parte integrante da presente Ata.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES – CLÁUSULA SEGUNDA

2.1. OBRIGAÇÕES DO TRIBUNAL:

2.1.1. Empenhar os recursos necessários, garantido o pagamento, e cumprir com as disposições editalícias e da presente Ata;

2.2. OBRIGAÇÕES DA DETENTORA:

2.2.1. Garantir a qualidade do item fornecido, respondendo, na forma da lei, por quaisquer danos decorrentes da má execução do contrato.

2.2.2. A Detentora se responsabilizará por eventuais danos ou prejuízos causados, direta ou indiretamente, a este Tribunal ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo de seus representantes ou empregados na execução do contrato.

2.2.3. Seja durante o prazo de validade desta Ata, seja durante toda a execução da eventual contratação, deverão ser mantidas, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação (INSS, FGTS, Tributos Estaduais e outras solicitadas) e qualificação exigidas na licitação, de acordo com o art. 55, inciso XIII, da Lei n. 8.666/93.

2.2.4. A Detentora não poderá subcontratar, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

DA VALIDADE DESTA ATA – CLÁUSULA TERCEIRA

3.1. Será de 12 (doze) meses o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, contados da data da sua publicação.

DA CONVOCAÇÃO PARA FORNECIMENTO – CLÁUSULA QUARTA

4.1. As aquisições decorrentes deste registro serão autorizadas, caso a caso, pelo setor competente, mediante prévia e obrigatória pesquisa de preços, onde se verifique que o preço registrado em ata encontra-se compatível com o de mercado, obedecendo à legislação vigente.

4.2. A solicitação para fornecimento do (s) grupo (s) motor gerador será feita através da emissão e encaminhamento da Ordem de Fornecimento à Detentora dos Preços Registrados, conforme modelo constante no **ANEXO VI** do referido Edital.

4.2.1. A Ordem de Fornecimento conterá:

a) descrição e quantidade do (s) equipamento (s); e

b) valor da contratação, conforme esta Ata de Registro de Preços;

4.3. Para cada fornecimento será emitido uma Nota de Empenho para a Detentora da Ata de Registro de Preços.

DA ENTREGA DOS MATERIAIS – CLÁUSULA QUINTA

5.1. A Detentora deverá entregar o (s) grupo (s) motor gerador, bem como realizar instalação do (s) mesmo (s), ficando o (s) equipamento (s) em perfeito estado para seu pleno funcionamento, com manual de operação, desenhos e diagramas do painel de comando, nas seguintes localidades:

Comarca	Fórum	Endereço	Cidade
Alta Floresta	Min. Aliomar Baleeiro	Av. Isaura Kwirant, 3061	Alta Floresta
Alvorada do Oeste	Jurista José J. G. Lima	Rua Vinícius de Moraes, 4308 - Centro	Alvorada do Oeste
Buritis	Juiz Jorge Gurgel do Amaral Neto	Rua Taguatinga, 1380 - Setor 03	Buritis
Cerejeiras	Sobral Pinto	Rua Brasil, 2178 - Centro	Cerejeiras
Espigão D'Oeste	Min. Miguel Seabra Fagundes	Av. Rio Grande, 2705 - Centro	Espigão D'Oeste
Machadinho do Oeste	Des. José Pedro do Couto	Rua Rio de Janeiro, S/Nº - Centro	Machadinho do Oeste
Nova Brasilândia	Juiz José de Melo e Silva	Rua Riachuelo, S/Nº - Setor 14	Nova Brasilândia
Pres. Médici	Prof. Ponte de Miranda	Av. Castelo Branco, 2667 - Centro	Pres. Médici
Santa Luzia D'Oeste	Sebastião de Souza Moura	Rua Dom Pedro I c/ Tancredo Neves.	Santa Luzia D'Oeste

São Miguel do Guaporé	Anísio Garcia Martins	Av. São Paulo, 1395 - Setor 04 - Cristo Rei	São Miguel do Guaporé

5.1.1. Não será aceita entrega parcial. O (s) grupo motor (is) deverá (ão) ser entregue (s) acondicionado (s) adequadamente de forma a permitir completa segurança durante o transporte.

5.1.2. O (s) grupo (s) motor gerador deverá (ão) apresentar garantia de acordo com o **ANEXO I** do referido Edital, a contar da data do seu recebimento definitivo.

5.2. O **recebimento provisório** do grupo motor gerador dar-se-á **em até 05 (cinco) dias consecutivos**, contados a partir da entrada em funcionamento, mediante Termo Circunstanciado de Recebimento Provisório, assinado pelas partes mediante aceite na fatura/nota fiscal, para efeito de posterior verificação da conformidade do equipamento com as especificações constantes deste Edital.

5.3. O **Corpo Técnico** do Setor de Engenharia – **SEnge/TJRO** composto pelos Engenheiros Civis Paulo de Tarso Rodrigues Rodrigues, Raynie Marcelo de Souza Vieira e Marlene Nunes Freitas, e dos Engenheiros Eletricista Edvan Honorato Cândido, Irlando Freire Leal e Marcio Paulo Stein, verificará o (s) grupo (s) motor gerador quanto aos aspectos quantitativos, qualitativos, bem como se a Detentora o (s) entregou idêntico (s), em todas as especificações, conforme sua proposta, atendendo ao subitem 8.1.7 do referido Edital.

5.3.1. Ocorrendo qualquer divergência, o Corpo Técnico do Setor de Engenharia – SEnge/TJRO rejeitará o (s) grupo (s) motor gerador, ficando suspenso o prazo para emissão do Termo de Recebimento Definitivo, até que a Detentora providencie as medidas saneadoras necessárias a sua regularização formal, não implicando qualquer ônus para este Tribunal.

5.3.2. Constatada a adequação do (s) grupo (s) motor gerador aos termos pactuados, o Corpo Técnico do Setor de Engenharia – SEnge/TJRO emitirá o Termo de Recebimento Definitivo.

5.3.3. O **recebimento definitivo** do grupo motor gerador dar-se-á **em até 15 (quinze) dias consecutivos**, a contar do recebimento provisório, mediante Termo Circunstanciado de Recebimento Definitivo, assinado pelas partes ficando a Detentora encarregada de qualquer ajuste ou concerto que por ventura vierem ser necessários.

DOS PREÇOS REGISTRADOS – CLÁUSULA SEXTA

6.1. A existência de preços registrados não obriga este Tribunal a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

6.2. Durante sua vigência, a presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta a este Tribunal, desde que devidamente comprovada a vantagem. Para tanto, os interessados deverão entrar em contato com a Comissão Permanente de Licitação (CPL/TJRO) pelo telefone (69) 3217-1372 ou pelo e-mail cpl@tj.ro.gov.br.

6.3. Caberá à Detentora, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados nesta Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

6.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o item anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados nesta Ata.

6.5. As contratações decorrentes da presente Ata obedecerão à ordem de classificação contida em sua Cláusula Primeira.

6.6. Esta Ata poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei n. 8.666/93.

6.7. A detentora fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, ainda que o fornecimento decorrente tenha que ser efetuado após o término de sua vigência.

DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DA DETENTORA – CLÁUSULA SÉTIMA

TJRO/CPL
Fls. 300

7.1. A Detentora terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições desta Ata;

b) não retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo Tribunal, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir os preços registrados, quando este se tornar superior ao praticado no mercado; e

d) estiverem presentes razões de interesse público.

7.2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da Excelentíssima Desembargadora Presidente do Tribunal.

7.3. A Detentora poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.

DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS – CLÁUSULA OITAVA

8.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos materiais registrados, cabendo ao Tribunal as necessárias negociações com a respectiva Detentora.

8.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Tribunal deverá:

a) convocar a respectiva Detentora visando a negociação para a redução de preço e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) caso seja frustrada a negociação, a Detentora será liberada do compromisso assumido; e

c) convocar as demais Detentoras visando igual oportunidade de negociação.

8.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e a respectiva Detentora, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Tribunal poderá:

a) liberá-la do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que a comunicação ocorra antes da Ordem de Fornecimento; e

b) convocar as demais Detentoras visando igual oportunidade de negociação.

8.4. Não havendo êxito nas negociações, o Tribunal procederá a revogação desta Ata, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

8.5. O requerimento de que trata o subitem 8.3 deverá comprovar a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com conseqüências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas pela Detentora.

8.5.1. A comprovação será feita por meio de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias primas, de transporte de mercadorias alusivas à época da proposta e do momento do pedido de revisão dos preços.

8.5.2. Junto com o requerimento, a Detentora deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão dos preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor registrado.

8.5.3. O Tribunal, reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, procederá a revisão dos preços.

www.tj.ro.gov.br cpl@tj.ro.gov.br
Rua José Camacho n. 585, Sala 201, 2º andar, Bairro Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho/RO Fone: (69)3217-1373 fax: (69)3217-1372

8.5.4. As alterações decorrentes da revisão dos preços serão publicadas no Diário da Justiça do Estado de Rondônia e ficarão disponibilizadas em meio eletrônico na página do Tribunal durante a vigência desta Ata.

8.5.5. O acompanhamento dos preços não desobriga a unidade requisitante de efetivar pesquisa de mercado previamente à contratação.

8.5.6. É vedado à Detentora interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas nesta Ata e/ou no referido Edital.

DA RESCISÃO – CLÁUSULA NONA

9.1. Observadas as demais disposições constantes no Capítulo III, Seção V da Lei n. 8.666/93, a **rescisão** dar-se-á conforme item 10 do referido Edital.

DO PAGAMENTO – CLÁUSULA DEZ

10.1. O pagamento será efetuado no prazo de **até 30 (trinta) dias consecutivos** contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo do equipamento, desde que a documentação da Detentora desta Ata esteja regularizada.

10.2. O pagamento será efetuado mediante **depósito bancário** na conta-corrente indicada pela Detentora em sua Proposta de Preços Detalhada.

10.3. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Detentora desta Ata não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo Tribunal, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal/fatura serão calculados - mediante apresentação de fatura própria - por meio da aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = \frac{i}{365}$	$I = \frac{6/100}{365}$	I = 0,00016438

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

DAS PENALIDADES – CLÁUSULA ONZE

11.1. Sem prejuízo das penalidades editalícias, contratuais e das demais cominações legais, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciada do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), e/ou do Sistema de Cadastro de Fornecedores deste Tribunal, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, a Detentora que:

11.1.1. Convocada dentro do prazo de validade desta Ata, recusar-se em aceitar a Ordem de Fornecimento e/ou receber a Nota de Empenho;

11.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto desta Ata;

11.1.3. Não mantiver a proposta;

11.1.4. Falhar ou fraudar na execução desta Ata;

11.1.5. Comportar-se de modo inidôneo;

11.1.6. Cometer fraude fiscal.

11.2. A Detentora fica ciente de que:

11.2.1. No caso de recusa em receber a Nota de Empenho e/ou aceitar a Ordem de Fornecimento, será aplicada em seu desfavor a multa de 10% (dez por cento) sobre o respectivo valor total, além de recair-lhe a responsabilidade por eventuais perdas ou prejuízos causados ao Tribunal.

11.2.1.1. O prazo para recolhimento da multa e/ou do ressarcimento por eventuais perdas ou prejuízos será de 5 (cinco) dias úteis, após o recebimento da notificação.

11.2.2. No caso de atraso injustificado **na entrega do (s) equipamento (s)** sujeitará a Detentora desta Ata à multa diária de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor da respectiva Ordem de Fornecimento, até o 20º (vigésimo) dia consecutivo, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil após o término do prazo para **entrega.** A partir do 21º (vigésimo primeiro) dia consecutivo, cumprir-se-á o disposto no item 11.2.6 desta Ata.

11.2.3. Quando não puder cumprir os prazos estipulados para a **entrega do (s) equipamento (s),** nos casos previstos no art. 57, § 1º, II e V da Lei n. 8.666/93, deverá, **até o vencimento do respectivo prazo**, apresentar justificativa por escrito ao Departamento de Economia e Finanças (DEF/TJRO), ficando a critério deste Tribunal a sua aceitação.

11.2.4. Vencido o prazo proposto **sem a entrega do (s) equipamento (s),** o Tribunal oficiará à Detentora desta Ata, comunicando-lhe a data limite para **entrega**. A partir da data limite considerar-se-á recusa, sendo-lhe aplicada a sanção de que trata o item 11.2.6 desta Ata.

11.2.5. A **entrega do (s) equipamento (s)** até a data limite de que trata o subitem anterior não isenta a Detentora desta Ata de Registro de Preços da multa prevista no item 11.2.2 desta Ata.

11.2.6. Caso ela descumpra o compromisso, total ou parcialmente, o Tribunal poderá anular o empenho e/ou aplicar multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ordem de Fornecimento.

11.2.7. As multas devidas e os prejuízos causados ao Tribunal serão deduzidos dos valores a serem pagos ou recolhidos na forma da lei.

11.2.8. Quando inadimplente e não tendo valores a receber do Tribunal, terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, após o recebimento da notificação, para recolhimento da multa ou para o ressarcimento de danos ou prejuízos a ele causados.

11.2.9. A aplicação de multas, bem como a anulação do empenho, não impedem que o Tribunal aplique à empresa faltosa as demais sanções previstas no art. 87 da Lei n. 8.666/93 (advertência, suspensão temporária ou declaração de inidoneidade).

11.2.10. As multas previstas nesta Cláusula não têm caráter indenizatório e o seu pagamento não lhe eximirá da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

11.3. A aplicação de multas, bem como a anulação do empenho, ou todas as sanções relacionadas nesta Ata ou no referido Edital será precedida de processo administrativo, mediante o qual se garantirá a ampla defesa e o contraditório.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS – CLÁUSULA DOZE

12.1. A despesa decorrente de eventual contratação será coberta por recursos específicos consignados no orçamento do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, conforme Funcional Programática n. 02.122.1279.1167 – Ampliação e Melhoria da Infra-Estrutura do Poder Judiciário, Elemento de Despesa n. 44.90.52 – Equipamentos e Material Permanente – Subitem 30 – Máquinas e Equipamentos Enegéticos.

12.2. Se a eventual contratação ocorrer no exercício subseqüente, a despesa correrá por conta do respectivo Orçamento.

TJRO/CPL
Fls. 103

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS – CLÁUSULA TREZE

13.1. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

13.2. Os casos omissos serão resolvidos pelas partes em comum acordo, por meio de termo aditivo, em conformidade com a Lei n. 8.666/93.

13.3. O extrato da presente Ata, bem como do contrato ou outro instrumento hábil, será publicado no Diário da Justiça do Estado de Rondônia.

DO FORO – CLÁUSULA QUATORZE

14.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata, é competente o Foro da Comarca de Porto Velho/RO, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Porto Velho/RO, _____ de _____ de 2008.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA/RO	EMPRESA	TRIBUNAL DE JUSTIÇA/RO
Des. ..... Presidente	Nome do Representante Representante	Nome do Pregoeiro Pregoeiro

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
CONSULTORIA JURÍDICA

PARECER N.: 1224/2008 - CONJUR
PROCESSO N.: 0301/0424/2008
INTERESSADO: CPL/TJRO
ASSUNTO: Análise de edital de licitação - Pregão Eletrônico n.º 040/2008 - Sistema de Registro de Preços – Aquisição de Grupos Geradores.

Excelentíssima Desembargadora Presidente:

Trata-se de processo de licitação sob a modalidade Pregão, forma eletrônica, (Edital n.º 040/2008 CPL/TJRO), tendo por objeto o registro de preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual fornecimento, instalação e ativação de 10 (dez) grupos motor gerador em Fóruns localizados nas Comarcas do interior do Estado, visando atender ao Setor de Engenharia (SEnge/TJRO), conforme as disposições do Edital e de seus Anexos.

Mediante CI Circular n.º 007/SEnge/2008 (fl. 02), o senhor Chefe do SEnge solicita a elaboração de Projeto Básico, para aquisição de Grupo Motor Gerador.

Temos à fl. 62, a outorga da Presidência desta Casa para deflagração dos procedimentos administrativos necessários à licitação do objeto em tela.

As especificações constam indicadas no Anexo I do Edital, e a Minuta da Ata de Registro de Preços, em seu Anexo VII.

Com estas informações e aquelas relativas à reserva na dotação orçamentária (fls. 68), que corresponde à estimativa de preço apresentada no Quadro Demonstrativo de Quantitativos e Valores, os autos foram encaminhados a esta Consultoria para análise prévia, conforme despacho de fl. 104 v.

Em síntese é o relatório.

Passo a opinar.

A Presidência do TJRO expediu a **Resolução n.º 027/2004-PR**, publicada em 23/12/2004, regulamentando os procedimentos licitatórios mediante Sistema de Registro de Preços, como forma de agilizar as compras públicas e de possibilitar a aquisição parcelada dos bens necessários ao regular funcionamento da instituição, a preços previamente selecionados, mediante a modalidade especial de **concorrência** ou **pregão**.

Acerca desta modalidade de contratação - Registro de Preços -, vale transcrevermos os ensinamentos de Hely Lopes Meirelles:

> "...o Registro de Preços é o sistema de compras pelo qual os interessados em fornecer materiais, equipamentos ou gêneros ao Poder Público concordam em manter os valores registrados no órgão competente, por um determinado período e a fornecer as quantidades solicitadas pela Administração no prazo previamente estabelecido." (Licitação e Contratos Administrativos. 1. ed. Saraiva, 1990. p. 48).

Assim, no tocante às vantagens do Sistema de Registro de Preços, vale destacar: **a)** economia procedimental, mediante a realização de uma única licitação, evitando-se, assim, a repetição, ao longo do ano, de licitações, nas mais diversas modalidades, demandando inúmeros procedimentos; **b)** prazo de validade das propostas por até doze meses, ocorrendo o reajustamento dos preços registrados, de conformidade com as disposições do edital e do ato regulamentar; **c)** desnecessidade de fixação da quantidade física a ser contratada, que pode ser diferente da real necessidade das atividades e projetos em curso, uma vez que, no sistema de registro, o Poder Público, se o quiser, estabelece previamente as quantidades mínimas e máximas que poderão ser compradas, conferindo, assim, maior nível de reserva para o suprimento de materiais e serviços.

Destarte, temos que a compra para abastecimento do estoque do almoxarifado mediante sistema de registro de preços, conforme tratado nos presentes autos, encontra previsão na Resolução n.º 027/2004-PR.

Do conteúdo dos autos podemos identificar o atendimento dos elementos inerentes à etapa interna do procedimento escolhido, inclusive

a outorga presidencial para deflagração do processo de compra (**fl. 62**), conforme estabelecidos pela Lei n.º 10.520/2002, artigo 3º, bem como:

a) pedido de aquisição, definição do objeto e justificativa da autoridade competente quanto a real necessidade da pretensa contratação e previsão de consumo, e outros critérios e sanções para a realização do certame;

b) a elaboração de ato convocatório, no caso o Edital de Pregão Eletrônico n.º 040/2008, contendo a definição precisa, suficiente e clara do objeto (art. 3º, inciso II) bem como as demais cláusulas elencadas pelo artigo 40 da Lei 8.666/93;

c) a relação de materiais e quantitativos, consoante ANEXO I, e informação de que a despesa será coberta por recursos específicos consignados no orçamento do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, conforme Funcional Programática n. 02.122.1279.1167 – **Ampliação e Melhoria da Infra-Estrutura do Poder Judiciário** e Elemento de Despesa n. **44.90.52 – Subitem 30 – Máquinas e Equipamentos Energéticos**, conforme item 5.1 do Edital (fl. 68).

Portanto, quanto ao Edital em epígrafe, e anexos, reconhece-se a presença de uma precisa, suficiente e clara definição do objeto do certame; as exigências de habilitação; os critérios de aceitação das propostas; as sanções por eventual inadimplemento; as regras concernentes aos prazos e condições para entrega e aceitação dos materiais objeto da licitação; o orçamento realizado pela Administração desta Casa, que servirá de parâmetro ao pregoeiro; os quantitativos e preços estimados que orientarão o futuro contratado a executar fielmente o objeto pretendido pela Administração.

O Anexo VI do Edital apresenta modelo para de "Ordem de Fornecimento", indicando que tal instrumento formalizará contrato entre este TJRO e a Detentora, submetendo-se esta aos termos editalícios, à Ata de Registro de Preços e à legislação neles indicada.

Assim, no Edital sob análise, vislumbro o atendimento aos

requisitos legais indispensáveis ao procedimento licitatório pelo menor preço, notadamente aqueles previstos e exigidos pela Lei n.º 10.520/2002 e Lei 8.666/93.

Quanto à minuta da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ANEXO VII, que terá validade por **12 (doze) meses**, carreada às folhas 97/103, vale dizer que a mesma segue em consonância com as regras legais vigentes e, por certo, não contraria aquelas estabelecidas no Edital.

Diante do exposto, opinamos pelo prosseguimento do feito, caso seja o entendimento de Vossa Excelência, ressaltando que a presente análise restringe-se ao procedimento prévio da disputa, devendo as demais fases seguirem em consonância com as Leis 8.666/93 e 10.520/02, Resoluções Administrativas nº 006/2003-PR e n.º 027/2004-PR, e, em especial aos princípios constitucionais que norteiam o procedimento, evitando nulidade futura.

Observa-se que deverá ser juntada nos autos Portaria n.º 1.189/2008-PR, que designou o pregoeiro, ou seja, o servidor que conduzirá o certame.

É o parecer que submetemos à superior aprovação de Vossa Excelência.

Porto Velho, 27 de outubro de 2008.

Flora Maria Castelo Branco C. Santos
Consultora Jurídica

TJ/RO
Fls. 109

Processo : 0301/0424/2008 **Protocolo: 445.551**
Interessado : CPL
Assunto : Despesa com aquisição de Grupos Geradores.

Senhora Presidente,

Tratam os presentes autos de procedimento licitatório visando o registro de preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual fornecimento, instalação e ativação de 10 (dez) grupos motor gerador em Fóruns localizados nas Comarcas do Interior do Estado, visando atender ao Setor de Engenharia - SENGE/TJRO.

Os autos foram remetidos à Consultoria Jurídica para análise e aprovação do Edital do **Pregão Eletrônico n. 040/2008 – CPL/TJRO** de fls. 67/103. Após análise acurada dos autos, aquela CONJUR exarou o Parecer de nº. 1224/2008-CONJUR, acostado aos autos às fls. 105/108, por meio do qual asseverou que o edital e seus anexos estão em consonância com as Leis federais n. 8.666/93 e Lei n. 10.520/02, opinando pelo prosseguimento do feito.

Outrossim, ressaltou que a análise ora realizada restringiu-se aos procedimentos prévios à disputa, pelo que alertou que as demais fases deverão seguir respeitando as Leis n. 8.666/93 e 10.520/02, Resoluções Administrativas n. 006/2003-PR e 027/2004-PR, e, em especial, os princípios constitucionais que norteiam o procedimento licitatório, evitando com isso nulidades futuras.

Ante o exposto, considerando o Parecer da Consultoria Jurídica, submeto os p. autos à apreciação de Vossa Excelência, opinando pela aprovação do edital em análise.

Porto Velho, 30 / 10 / 2008.

(LSC)

José Leonardo Gomes Donato
Secretário Administrativo\TJRO

TJRO
Fls. 110

Processo : 0301/0424/2008 **Protocolo: 445.551**
Interessado : CPL
Assunto : Despesa com aquisição de Grupos Geradores.

Vistos, etc.

1 - Homologo o Parecer da Consultoria Jurídica sob n. 1224/2008-CONJUR, acostado às fls. 105/108, e aprovo o Edital de Licitação na modalidade Pregão Eletrônico n. 040/2008 – CPL/TJRO de fls. 67/103.

2 - Designe-se dia e hora para o início da Sessão de Disputa de Preços.

3 - Publique-se o edital resumido, na forma do art. 4º, I, II, III e V, da Lei 10.520/2002, para conhecimento dos possíveis interessados.

4 - Após, aguarde-se a data designada.

Porto Velho, 03 / 11 / 2008.

Desª. **Zelite Andrade Carneiro**
Presidente/TJRO

À CPL,

Para dar cumprimento à decisão da Presidência.

Porto Velho, 03 / 11 / 2008.

José Leonardo Gomes Donato
Secretário Administrativo/TJRO